



José Mattoso

A Identidade Nacional

<http://groups.google.com/group/digitalsource>



cadernos democráticos

DIRECÇÃO

MÁRIO SOARES

José Mattoso

A Identidade Nacional

COLECÇÃO

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

DESIGN

ATELIER HENRIQUE CAYATTE EDIÇÃO

gradiva

Introdução

Entre as várias formas possíveis de tratar o problema da identidade nacional, aquela que me parece mais simples e operacional é a que se baseia na ideia de que as condições necessárias à sua percepção são as mesmas do que as que presidem à percepção da identidade de qualquer outro objecto, seja ele individual ou colectivo. Partindo do princípio de que, segundo o especialista da psicologia social Eric Erikson, para identificar qualquer objecto é necessário:

- 1) distingui-lo de qualquer outro objecto;
- 2) atribuir-lhe um significado;

3) conferir-lhe um valor, tentaremos utilizar o mesmo esquema perceptivo para compreender o fenómeno da identidade nacional. Teremos em conta, obviamente, o caso de Portugal, mas é evidente que a forma de abordagem poderia ser aplicada a qualquer outro país do mundo.

A aplicação das operações assim enunciadas terá, porém, de ter em conta que a identidade nacional resulta antes de mais da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma colectividade humana. Ora, dado que essa colectividade tem uma existência histórica, será necessário, desde o início de qualquer reflexão, não esquecer que a identidade nacional foi revestindo formas sucessivamente diferentes ao longo dos tempos. A identidade nacional, tal como existe hoje, resulta de um processo histórico que passou por diversas fases até atingir a expressão que actualmente conhecemos. A nossa investigação procurará antes de mais reconstituir essas fases. O facto de um processo de identificação se poder decompor nas três operações que distinguimos não quer dizer, porém, que, historicamente, ele siga uma evolução semelhante ou revista expressões idênticas nos diversos países. Não pretendemos, portanto, extrapolar o caso português para outros países nem considerá-lo paradigmático. Nem todos os países seguiram a mesma evolução. Nalguns casos os fenómenos culturais terão, porventura, maior peso na formação da identidade nacional, noutros serão os acontecimentos políticos os mais decisivos, noutros, ainda, os factores económicos ou sociais. A diversidade nacional resulta,

em boa parte, da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos das suas sucessivas expressões históricas.

Em segundo lugar, será também necessário advertir que as manifestações de consciência da identidade nacional podem ser diferentes e até contraditórias, conforme os grupos humanos que envolvem e as épocas em que se situam. Assim, não é lícito atribuir simultaneamente a todos os habitantes de um país as operações de diferenciação, de significação e de valorização quando envolvem apenas um determinado grupo. É preciso, portanto, distinguir os grupos humanos (sociais, ou mesmo profissionais) a que de facto se podem atribuir processos de consciencialização dos vínculos nacionais: os funcionários do Estado não pensam exactamente da mesma maneira do que os camponeses, os clérigos não têm as mesmas ideias do que os nobres, e, dentre estes, os mais cultos dão mostras de sentirem de modo diferente a questão nacional, quando se compara a sua atitude com a dos membros das classes populares. Sendo assim, as distinções baseadas na atribuição das expressões de identidade nacional a determinados sujeitos definidos socialmente tornam-se indispensáveis para poderem resolver aparentes contradições dos testemunhos históricos e para poder descobrir a coerência dos dados documentais. A última observação preliminar baseia-se no facto de que a identidade nacional não é apenas um fenómeno mental. Tem sempre um suporte objectivo. É praticamente inconcebível:

- 1) sem alguma forma de expressão política, isto é, sem que em algum momento da história se manifeste através da apropriação de um poder dotado de certo grau de autonomia (ou seja através de alguma forma de Estado);

- 2) sem um polo espacial e um território determinados, mesmo que esse polo se transfira para outro ponto e que as fronteiras do território variem ao longo dos tempos;

- 3) sem que a autonomia política e o seu âmbito territorial permaneçam de forma contínua durante um período temporal considerável. Como é evidente, a duração da autonomia política e a continuidade do território são factores importantes para a solidez e o aprofundamento da identidade nacional. Não admira, por isso, que, no caso português, se tenha atribuído tanta importância ao facto de as fronteiras nacionais se haverem mantido praticamente idênticas desde 1297. Este facto permitiu afirmar que Portugal era o país mais velho da Europa, não por que o seu poder político se tivesse transmitido numa linha contínua desde há mais tempo do que o de qualquer outra nação europeia, mas por o seu território ser idêntico desde o fim do século XIII, o que não aconteceu efectivamente com as outras formações políticas do velho continente. A maioria dos autores que têm tratado da identidade nacional atribui também uma grande importância ao fenómeno da língua, pelo facto de o português se falar num território praticamente coincidente com o das suas

fronteiras políticas. Não há dúvida de que este facto tem uma efectiva importância histórica. Mas quando se compara o caso português com o de outros países, torna-se evidente que convém estudar cuidadosamente o seu significado. com efeito, não é difícil dar exemplos de países com uma indiscutível identidade nacional e em que se falam várias línguas, como a Bélgica, a Suíça ou a Espanha, ou de outros que, sendo diferentes, têm em comum a mesma língua, como a Alemanha e a Áustria. Também não se podem esquecer os casos de países que hoje têm uma única língua oficial, mas que englobam territórios onde outrora se falavam línguas diferentes, como o gaélico no Reino Unido, ou o bretão e o provençal em parte da França. Estes dois últimos casos, podem levar, até, a colocar o problema da influência do factor político sobre a língua. Em ambos a superioridade política deu um suporte decisivo à expansão da língua dominante e à inferiorização das línguas minoritárias, levando ao seu atrofamento, como foi o caso evidente do provençal. Nestes casos não são os factores culturais que afectam os fenómenos políticos, mas o contrário. Sendo assim, seria bom perguntar se a aparente coincidência do português com o território nacional é um factor de identidade ou uma consequência do factor político. Esta observação é confirmada pelo facto de o português e o galego serem a mesma língua. As diferenças entre eles resultam em boa parte de o português ter, por razões políticas, evoluído autonomamente, e de o galego ter, pelas mesmas razões, sofrido uma importante influência do castelhano. De facto, a eficácia do poder político resulta em boa parte de as suas práticas administrativas serem veiculadas por meio de uma determinada norma linguística, o que garante necessariamente a sua difusão. Além disso, o mútuo suporte da classe culta e do Estado, tanto em virtude do prestígio que um confere ao outro, como das vantagens decorrentes dessa associação, garante às práticas culturais preferidas pelo poder político uma inegável capacidade de persuasão. Esta última observação leva a prolongar um pouco mais o exame da questão preliminar que neste momento nos ocupa, procurando avaliar o problema da relação entre identidade cultural e nacionalismo. De facto, enquanto dificilmente se pode conceber uma nação sem alguma forma de Estado, ou ao menos sem que a sua autonomia se tenha concretizado em algum período temporal sob a forma de um poder político minimamente independente, é perfeitamente possível conceber uma comunidade cultural sem o suporte de um Estado. A base da autonomia nacional é a existência de um poder constituído num território determinado, ao passo que a base da comunidade cultural resulta da adopção das mesmas categorias de interpretação do mundo, do mesmo sistema de valores e das mesmas práticas culturais; ora estas não têm fronteiras definidas; além disso só por si não resultam de nenhuma imposição política; finalmente não supõem nenhum centro difusor único (pelo contrário suscitam normalmente uma

pluralidade maior ou menor de centros culturais de várias ordens e de capacidade de influência diferenciada). É justamente por isso que as áreas culturais não coincidem com os Estados, e que se organizam segundo uma hierarquia e por meio de afinidades que pouco têm que ver com as fronteiras políticas. Sendo assim, as tentativas para fazer coincidir os Estados com as áreas culturais resultaram normalmente de ideologias totalitárias, como aconteceu com uma das suas expressões mais extremas, o pangermanismo nazi. Não se pode deixar de observar que o nacionalismo, nas suas diversas manifestações, procurou sempre uma base «natural» para as formações nacionais. Ao considerar a Nação como uma categoria da ordem das essências, ao atribuir-lhe, portanto, um carácter necessário e eterno, tendia-se a procurar as suas raízes na própria Natureza, ou seja em factores como a diversidade geográfica, a «raça» ou a língua (pressupondo que as diferenciações étnicas e linguísticas eram de alguma maneira fenómenos «naturais»). Esta interpretação justificava, por sua vez, a imposição de uma só língua a todo o território nacional, como aconteceu no combate travado pelo franquismo espanhol para impor o castelhano em toda a Espanha, com exclusão, ou pelo menos a inferiorização, do basco, do catalão e do galego. Estas considerações levam, inevitavelmente, a propor a revisão de alguns pressupostos correntes e que perduraram até há bem pouco tempo, como, por exemplo, o da unidade cultural dos portugueses, e mesmo o da sua fundamental unidade linguística. A convicção, largamente difundida até ao fim dos anos sessenta, de que Portugal possuía uma unidade e uma coerência culturais que não existiriam noutros países pode facilmente demonstrar-se como falsa para a cultura em geral, sobretudo quando não se considera apenas a cultura letrada, mas também a cultura popular. Paralelamente, não pode deixar de se propor aos linguistas que estudem com maior profundidade o fenómeno das diversidades dialectais e as suas expressões históricas. Dito de uma forma simplificada, e não tendo em conta os fenómenos sociais, poder-se-ia dizer que a aparente uniformidade cultural portuguesa esconde a dominação do Sul pelo Norte, depois de o Estado português se ter apropriado da cultura do Norte. A referida convicção oculta também outro fenómeno histórico, que só há pouco tempo desapareceu: o da excessiva polarização da produção cultural num centro praticamente único; com efeito, a tendencial redução da produção cultural a um centro único tem como consequência perversa o atrofiamento do dinamismo e da criatividade do todo nacional. Voltando aos problemas relacionados com a continuidade do poder político, convém observar que é dela que decorrem outros fenómenos objectivos, para além da própria imposição de soluções culturais mais difusas e mais difíceis de medir. Refiro-me à continuidade de práticas administrativas, como a cobrança de impostos, a permanência do aparelho judicial, a existência do poder legislativo, a efectividade do exército. Em todos

estes sectores da vida político-administrativa se verifica uma evolução e uma variedade de soluções, mas também, ao mesmo tempo, uma sequência contínua de práticas concretas. Por mais rudimentares que elas sejam no início, o Estado assegura a coerência global dos sistemas fiscal, judiciário, legislativo ou militar. O controlo central do Estado vai-se tornando cada vez maior e vai vencendo resistências, fugas ou incapacidades. Embora as práticas político-administrativas sejam complexas, o seu suporte é claramente apreensível, dado o seu carácter simples, visível e público: materializa-se num chefe de Estado - o rei, durante quase toda a história portuguesa -, um emblema - o escudo das armas nacionais - e uma moeda - que ostenta justamente a efigie do rei e as armas nacionais. Por isso não admira que a autoridade régia recorra constantemente a estratégias que consistem em dar toda a visibilidade possível aos rituais de ostentação do seu poder pessoal, aos objectos e lugares onde coloca as suas armas ou a bandeira, que exclua o uso de outras moedas, e que procure por todos os meios apresentar os símbolos do seu poder como sinais da identificação do chefe com o conjunto dos seus súbditos: as armas do rei tornam-se, assim, as armas nacionais, o que significa que a obediência que se exige de todos os seus vassallos se apresenta como uma expressão da sua própria identidade. É pela obediência ao rei que os portugueses se distinguem de todos os outros homens do mundo. É por seguirem a bandeira do seu rei que na batalha se distinguem dos seus inimigos. Sob a sua protecção estão seguros de todos os perigos.

Numa primeira parte deste texto (pontos 1 a 3) procuraremos examinar as diferentes fases por que passou a expressão da identidade nacional desde a fundação da nacionalidade (ou melhor, para sermos mais correctos, desde a fundação do Estado) até aos tempos mais recentes, seguindo o esquema inspirado em Eric Erikson. Na segunda parte (pontos 4 a 8) tentaremos analisar de uma forma mais descritiva os caracteres identificadores dessa mesma identidade, procurando tanto quanto possível acentuar os dados objectivos. Para isso observaremos sucessivamente os elementos geográficos, políticos, sociológicos e comportamentais. A primeira parte retoma uma intervenção minha no Seminário Livre «Questionar as identidades» organizado por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto no Gabinete de Sociologia Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em 14 de Junho de 1994, onde me inspirei no esquema de Eric Erikson apresentado no mesmo seminário por Jorge Vala. A segunda constitui um resumo com algumas alterações de parte de textos redigidos para a obra *Portugal. O sabor da terra*, em colaboração com a Prof. Suzanne Daveau, a quem devo as informações do âmbito da Geografia. Retomo também algumas ideias já apresentadas no livro *Portugal* como introdução a fotografias de Nicolas Sapieha, editado pela Quetzal em 1989.

Sinal de validação de

Afonso Henriques datado de 1129 (poucos meses depois da Batalha de S. Mamede).

O processo de categorização da identidade nacional

Do ponto de vista dos sujeitos em causa, a consciência de pertença a um determinado país exprime-se por meio de uma ideia que se poderia traduzir na frase «nós somos portugueses; os outros são estrangeiros». Ou seja, eu pertença a uma categoria de indivíduos que se caracterizam especificamente pela comum condição de portugueses e que se distinguem de todos os outros homens por estes não o serem, ou, o que é o mesmo, por serem estrangeiros. Esta consciência de pertença a uma determinada categoria nacional implica obviamente que se conheçam os caracteres dessa mesma categoria. Ora esta consciência não é tão óbvia para todos os indivíduos que o registo civil considera portugueses como poderá parecer à primeira vista. É sem dúvida evidente para a maioria dos cidadãos que já fizeram a escolaridade obrigatória e cumpriram o serviço militar, ou seja para aqueles que possuem instrução suficiente para saberem o que distingue os portugueses dos estrangeiros. Se na actualidade esta consciência se pode presumir praticamente de todos os habitantes do território nacional, não era assim em épocas em que não havia escolaridade obrigatória para toda a gente nem serviço militar para todos os jovens do sexo masculino. É, por isso mesmo, perfeitamente verosímil a anedota que se conta o rei D. Luís quando, já bem adiantado o século XIX, perguntava do seu iate a uns pescadores com quem se cruzou, se eram portugueses. A resposta foi bem clara: «Nós outros? Não, meu Senhor! Nós somos da Póvoa do Varzim!» Como é evidente, se os pescadores da Póvoa do Varzim podiam responder assim ao rei, trezentos anos depois de Camões ter escrito e publicado *Os Lusíadas*, a verosimilhança de uma situação idêntica seria muito mais provável no século XII, mesmo depois de Afonso Henriques ter assumido o título de rei de Portugal. A compartimentação das sociedades medievais fazia prevalecer sobre qualquer outra espécie de vínculos a ligação com o senhor da terra e com a comunidade da aldeia. A dependência para com o rei e os seus delegados era vivida como um fenómeno de uma ordem completamente diferente daquilo que são hoje os direitos e deveres dos cidadãos. O rei era o senhor dos senhores, ou seja uma espécie de vigilante longínquo, quase ideal, de quem os mais velhos diziam, em algumas terras, que tinha outrora visitado este e aquele lugar, e que portanto podia um dia aparecer de novo, mas nem por isso deixava de ser considerado pela maioria dos camponeses do seu reino como

uma espécie de poder extraterrestre. Para os camponeses da Idade Média, à dificuldade de conceber ideias abstractas como a da portugalidade, acrescia a de a elas corresponderem pouquíssimas estruturas administrativas com qualquer espécie de expressão na vida prática e no quotidiano. Esta situação manteve-se durante toda a Idade Média e grande parte da Idade Moderna. Só começou a modificar-se decisivamente, mesmo nos lugares mais longínquos da capital, para o fim do século XIX.

No entanto, podemos verificar que os primeiros diplomas da chancelaria de Afonso Henriques começam, logo a seguir à batalha de S. Mamede, a ostentar uma espécie de emblema, em que está escrita a palavra «Portugal», e a designar incessantemente o soberano por meio do título da sua categoria política (rei, príncipe) e da sua vinculação com os respectivos súbditos, ou seja como *rex portugalsium*, rei dos portugueses. Sendo assim, que grupo social podia, durante o reinado de Afonso Henriques, conceber tal noção e apreender as suas implicações? Obviamente, em primeiro lugar, aquele que englobava os redactores de tais diplomas, ou seja, os clérigos da chancelaria régia. Mas podemos certamente associar-lhes outros clérigos e alguns nobres mais ligados à corte. Para eles, porém, o vínculo dos portugueses com o rei decorria mais da vassalidade do que propriamente do facto de habitarem no território que lhe estava sujeito. Assim, as obrigações para com ele dependiam do facto de serem os seus súbditos directos, como acontecia com os habitantes do domínio régio. Pelo contrário, era muito diferente a situação dos dependentes de senhores que reivindicavam um poder próprio, como eram todos os nobres detentores de senhorios, ou ainda como os habitantes dos concelhos, que inicialmente (até ao fim do século XII), por se considerarem membros de comunidades autónomas, viam o rei como um senhor com o qual não tinham nenhuma relação directa. Sendo assim, como se vem a estender a outros grupos sociais a percepção da pertença à categoria de portugueses?

Podemos distinguir alguns momentos decisivos, geralmente marcados por confrontações militares com indivíduos de outras nacionalidades ou de civilizações alheias. O primeiro momento é o da «Reconquista» activa, quando o rei de Portugal age como chefe dos seus vassalos na luta contra o Islão, e sobretudo como conquistador de novos territórios ou como defensor contra invasões que ameaçam a vida e os bens dos habitantes das zonas de fronteira. Dado que também outros reis da Península Ibérica combatem o mesmo inimigo, a condição de portugueses aparece como uma categoria dentro do conceito mais vasto de «cristãos», por oposição aos «inimigos da fé». Não há que negar a importância deste facto no processo de formação da identidade nacional. Trata-se de um factor insistentemente posto em relevo pelos ideólogos do período nacionalista, para os

quais Portugal teria nascido dos movimentos a que chamavam de «cruzada». Todavia, não se pode também esquecer que a sua relação com a eclosão da nacionalidade é longínqua, dado que não se pode confundir a crença religiosa com o vínculo nacional. Por outro lado, é preciso também ter em conta que as lutas anti-islâmicas envolvem em primeiro lugar o bando dos cavaleiros que participou activamente nas conquistas afonsinas e nas expedições de Sancho I, em segundo lugar os membros da corte e alguns clérigos (nomeadamente os Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra) e finalmente os habitantes dos concelhos mais próximos da fronteira, sobretudo aqueles que foram mais afectados pelas invasões almóades de 1184, 1190 e 1191. Os restantes habitantes do país não se sentiam envolvidos por tais lutas nem provavelmente as consideravam como suas. Podemos considerar um segundo momento com as lutas fronteiriças entre os primeiros reis portugueses e os soberanos de Leão e Castela, sobretudo nos reinados anteriores a Afonso IV. Não me parece, no entanto, que devamos atribuir a estas confrontações o carácter de lutas nacionais. Tratava-se antes de lutas feudais, determinadas por questões relacionadas com o exercício de direitos senhoriais e que por isso devem ter exercido uma influência restrita sobre a expansão da consciência nacional, excepto, talvez, no caso de D. Dinis. com efeito, este rei revelou uma consciência muito nítida do papel da fronteira e do território nacional, a julgar pela maneira como construiu uma impressionante quantidade de castelos junto à raia, como procurou nacionalizar as ordens militares, e como oficializou o uso do português na chancelaria régia. Não podemos, contudo, generalizar as ideias do rei ao conjunto dos portugueses do seu tempo.

Mais decisivas ainda para o processo de categorização da identidade nacional parecem ser as guerras contra Castela nos reinados de D. Fernando e de D. João I, não apenas pelo facto de serem guerras nacionais, mas sobretudo por terem trazido ao interior do País consideráveis efectivos de tropas estrangeiras (castelhanos, navarros e ingleses). Ora este contacto vivo com indivíduos de fala e de comportamento diferente, e que constituíam uma ameaça para a população dos lugares onde actuaram, qualquer que fosse o rei por quem combatiam, como aconteceu com os ingleses cujos distúrbios e violências foram descritos com tanto realismo por Fernão Lopes, tornou evidente, para todos os que contactaram com eles e ainda para quem ouviu os seus relatos, qual era a diferença entre portugueses e estrangeiros. Estes acontecimentos deram aos habitantes comuns do campo e da cidade, sobretudo na Estremadura, a noção clara do outro enquanto oposto aos nacionais. Embora não seja lícito projectar na própria época dos acontecimentos todos os pormenores dos relatos de Fernão Lopes, que escrevia uns cinquenta anos mais tarde, podemos facilmente deduzir deles a influência que teriam sobre o fenómeno que aqui nos

interessa. Um dos indícios mais evidentes da relação que aqui estabelecemos é o facto de datar exactamente desta época a lenda do Milagre de Ourique, conforme foi demonstrado por L. F. Lindley Cintra. Não é certamente por acaso que se trata da primeira expressão de um mito que procura fazer crer na indefectível protecção divina ao rei de Portugal, e, implicitamente, através dele, aos seus descendentes e aos seus súbditos. Trata-se da primeira expressão de uma crença acerca da sacralidade que envolve os reis de Portugal e que por eles beneficia os seus vassallos.

A Expansão portuguesa, que pôs milhares de portugueses em contacto directo com outros povos e outras civilizações, veio evidentemente reforçar o sentimento nacional, a partir de uma outra experiência vivida. Os outros, com os seus caracteres físicos e os seus costumes, religiões e línguas tão diferentes, opunham-se, na sua imensa diversidade, aos que partilhavam a condição comum de oriundos do território nacional. Perante essas diferenças aquelas que opunham os minhotos aos alentejanos ou aos transmontanos, os portugueses pobres aos portugueses ricos, os nobres aos clérigos, eram evidentemente menores. Estas diferenças evidenciavam o que os portugueses tinham de comum. Embora não fossem directamente vividas por toda a população nacional, sabemos que a sua experimentação envolveu, de maneira directa ou indirecta, uma porção enorme de gente de todas as condições e origens e que por isso as suas consequências no processo de categorização da identidade nacional se fizeram sentir mesmo nas áreas rurais e no interior do País.

A dominação filipina constitui, para esse processo, um período um tanto contraditório. É provável que viesse a ter como consequência absorver sem dificuldades de maior os sentimentos de consciência nacional se se tivesse prolongado durante muito tempo (como aconteceu em Aragão). No nosso caso, porém, acabou por reforçar o processo descrito até aqui, pelo facto de levar a distinguir a pura autoridade política do vínculo que unia entre si os cidadãos nacionais. Este efeito não se pode presumir no caso dos beneficiários da dominação espanhola, mas provocou em outros obras e reflexões cujo sentido é inegável. Refiro-me ao aparecimento por esta época de vários escritos e de movimentos de opinião que revelam uma inequívoca consciência da identidade nacional. Sirva de exemplo o primeiro volume da *Monarquia Lusitana* redigido por Fr. Bernardo de Brito; mencionem-se certas obras em que se distingue o temperamento dos portugueses dos espanhóis e se opõe o território nacional ao resto da Hispânia, como se verifica expressamente em Duarte Nunes de Leão (1610), em Tomé Pinheiro da Veiga (1605); lembre-se, enfim, o movimento sebastianista. Ao mesmo tempo, por uma razão ou por outra, as adesões à dominação espanhola são muito numerosas, a resistência organizada

mostra a sua evidente fraqueza e as revoltas esporádicas têm um carácter nacional duvidoso. A Restauração, ao contrário do que julgaram os historiadores portugueses do século XIX, foi um movimento minoritário e que internamente se impôs com dificuldade. A prolongada guerra que se lhe seguiu, com o seu enorme cortejo de vítimas e de destruições em vastas zonas da fronteira, pelo contrário, deve ter contribuído mais para aprofundar o fosso entre portugueses e espanhóis do que todos os acontecimentos anteriores.

Aconteceu o mesmo com as guerras subsequentes, que trouxeram a violência ao território nacional, sobretudo com as Invasões Francesas. Estas mostravam que os inimigos dos portugueses não eram só aqueles que os ameaçavam mais directamente, por serem os povos vizinhos, mas também os que vinham de mais longe, como os franceses e os ingleses. Ao contrário do que se pode presumir ter acontecido nas guerras anteriores, verificaram-se então as primeiras manifestações de resistências populares e espontâneas a que se pode atribuir um carácter nacional. As Guerras Liberais, por sua vez, opuseram os portugueses uns contra os outros, mas o facto de ambos lutarem por um poder único sobre todo o País mostrava bem que os seus combates não eram territoriais mas ideológicos. Por outro lado, os numerosos exilados liberais em contacto com outras nações sonhavam trazer para a sua pátria as instituições liberais e defendiam-nas em nome de um patriotismo cujo valor consideram indiscutível. As suas ideias não eram partilhadas por todos os portugueses, mas o seu triunfo contribuiu para difundir o ideal nacional como um vínculo que devia unir todos os portugueses independentemente da sua ligação com qualquer poder constituído. O conceito romântico de «espírito do povo» (Volksgeist) difundiu-se então entre os intelectuais burgueses como uma espécie de dogma. Embora não se possa admitir facilmente que tais ideias fossem partilhadas pela maior parte da população, tem de se considerar que a sua influência foi enorme nos sectores mais influentes da sociedade. Todavia, a generalização da consciência da identidade nacional pela totalidade da população portuguesa não se pode presumir como um facto antes da difusão de fenómenos característicos do fim do século XIX e que em Portugal se verificaram sobretudo a partir de 1890, como seja a difusão da escrita e da imprensa, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de práticas administrativas uniformes e a participação activa da população na vida pública. A avaliação concreta dos indícios que demonstram a difusão do sentimento nacional a partir de 1890 foi feita de maneira insofismável por Rui Ramos. Pareceram-lhe tão evidentes que intitulou a sua síntese da História de Portugal durante o período que vai de 1890 a 1926 como a segunda fundação. A este respeito convém, todavia, que as investigações de certos autores sobre a eclosão de noções tais como a de "soberania

popular”, cuja relação com a consciência nacional é evidente, não permite extrapolações para além do restrito meio em que elas são fundamentadas, isto é, para além das elites que delas beneficiavam. O facto de se poderem encontrar formulações precoces de tais noções, como por exemplo nas cortes de 1385, não pode fazer esquecer que o “povo” aí considerado soberano é, na realidade concreta, o conjunto dos que se apresentavam como seus representantes. Mesmo quando falavam em nome das respectivas comunidades, a sua legitimidade resultava de se considerarem a si próprios como a *melior pars*, isto é, como aqueles que eram suficientemente instruídos para terem a percepção dos interesses comuns e moralmente dignos de exercer a autoridade, em conformidade com a noção de elite própria da Idade Média. Estes antecedentes da democracia ocidental não podem, portanto, ser invocados como uma precoce manifestação favorável à consciência da identidade nacional.

Observe-se, por fim, que as noções românticas acerca do «espírito do povo» (Volksgeist) conduzem não só a que se tenda a considerar a categoria nacional como fundada na Natureza, como já vimos, mas também à ideia de que essa categoria implica diferenças específicas, isto é, que tem de se manifestar por meio de uma coerência interna, e consequentemente por meio de caracteres comportamentais comuns a todos os seus membros. Daí os estudos de certos antropólogos do século XIX e mesmo do nosso século, como por exemplo Jorge Dias. Apesar da tendência para definir as categorias nacionais em termos comportamentais se encontrar já em obras do século XVII, sobretudo em relatos de viagens de estrangeiros ao nosso País, devem-se distinguir os esforços de caracterização por meio de factores culturais, como os costumes próprios de cada nação, das tentativas de definição psicológica. É fácil de ver a fragilidade científica destas especulações, tanto pelo carácter subjectivo das observações, como pela dificuldade de as quantificar, mesmo grosseiramente. Se, por exemplo, se caracterizam os portugueses como sentimentais, é impossível dizer se a percentagem dos que o não são é grande ou pequena. Infelizmente são muito poucos os estudos objectivos acerca do comportamento social dos portugueses. Os de Boaventura de Sousa Santos constituem exemplos raros nesse sentido. Faremos mais adiante algumas observações a este respeito.

Brasão de armas de Afonso Henriques segundo uma pintura anónima do século XVIII, provavelmente inspirada no escudo que existiu sobre o seu túmulo até 1580.

Atribuição de significado

Ao falarmos aqui da atribuição de significado não nos referimos propriamente ao significado do fenómeno da identidade nacional em si mesmo, mas a uma série de noções complementares da categoria nacional, ou seja de noções que contribuem para lhe dar sentido. Considerámos aqui as noções de «reino», de «naturalidade», de pátria, de fronteira, de sucessão régia, de poder sagrado do rei. Deixaremos, porém, a noção de «pátria» para a examinar mais adiante, dado o seu carácter valorativo. A lista não é fechada. Poder-se-iam, decerto, enumerar outras, mas estas são as que se formam na Idade Média e provavelmente as que maior influência exercem sobre a consolidação da consciência da identidade nacional. É evidente a sua íntima relação com o poder político, como de resto seria de esperar, dado o carácter político dos factores mais decisivos para a formação da identidade nacional. Começemos pela noção de *regnum*, reino. Podemos sublinhar a relação do seu sentido com o da identidade nacional, ao verificar que a fórmula usada na chancelaria régia portuguesa para designar o rei foi até ao fim do reinado de Sancho I a de *rex portugalsium*, rei dos portugueses, mas que com Afonso II (1211-1223) passou a ser a de *rex Portugalie* ou *Portugalensis*, isto é, rei de Portugal ou rei portugalense. Esta alteração dos usos notariais parece significar que na cúria régia passou a ser habitual considerar o reino não apenas como um conjunto de pessoas dependentes do mesmo rei, mas também como um organismo com a sua própria consistência, definido por si mesmo e não apenas pela pessoa do rei ao qual estava sujeito. A verdade é que esta concepção tem pelo menos um antecedente expresso na obra intitulada *Miracula S. Vincentii*, redigida por Estêvão, chantre da Sé de Lisboa, um clérigo de origem moçárabe, entre 1173 e 1185. Este autor fala igualmente de «reino» como de uma entidade dotada de sentido, pois é ele, diz, que é beneficiado no seu todo pela presença do mártir, embora a obrigação de lhe prestar culto pertença sobretudo à cidade de Lisboa, onde se veneram as suas relíquias. O reino é, pois, independente do rei. Trata-se de uma noção precoce, embora certamente restrita, no século XII, aos clérigos e a indivíduos mais cultos. Durante o século XIII assiste-se à sua lenta difusão, embora persista longamente a ideia de reino como património do soberano, como se verifica no frequente uso de adjectivos possessivos em documentos que são redigidos pela chancelaria em nome do rei: «o meu reino». À força de multiplicar o uso de textos e de

documentos em que o conceito de reino se usa independentemente daquele que o governa, e portanto como uma entidade que permanece no tempo, ao contrário do soberano, que é necessariamente efémero, a noção difunde-se lentamente, sobretudo nas cidades e entre as pessoas cultas. Todavia, o uso de um possessivo por parte do monarca não deixa, por isso, de se prolongar durante séculos, quase até ao fim da Idade Moderna. Para as classes populares, porém, o «reino» podia, certamente, implicar apenas uma noção territorial, sem trazer consigo a ideia de uma comunidade constituída por todos os seus habitantes. De qualquer maneira, o conceito de «reino» representou um complemento importante da identidade nacional como substantivo que designava os cidadãos do país como um todo. A «naturalidade» é também um conceito medieval. Pressupõe, pelo menos a partir do século XIII, a obrigação de fidelidade para com um determinado soberano pelo facto de se ter nascido dentro dos seus domínios. Não se deve, porém, esquecer que é uma ideia de origem feudal. A fidelidade que ela implica impõe-se, portanto, em primeiro lugar aos dependentes de um domínio senhorial para com o seu senhor. Enquanto prevaleceram as instituições feudais, a fidelidade ao senhor sobrelevava a fidelidade para com o rei. Este estava, de resto, demasiado longe para que se colocasse o problema da fidelidade para com ele, excepto no interior do seu próprio domínio, onde era o senhor directo. O processo de centralização régia consiste justamente em fazer prevalecer a obrigação de fidelidade ao rei sobre a que era devida ao senhor feudal. Este princípio acabou por triunfar, embora à custa de muitas lutas e contestações, no reinado de D. Dinis, mas sofreu alguns retrocessos durante o século XIV. Não suscitou contestações nos concelhos que passaram a ser considerados como parte do domínio régio, quando, pela mesma época, se dissiparam os indícios de uma efectiva autonomia municipal, mas levou a situações muito diferenciadas em territórios onde os senhores leigos ou eclesiásticos mantiveram as suas jurisdições. Ideologicamente, porém, com apoio das noções do Direito Romano que se difundiu durante o século XIII, foi-se arreigando o princípio de que todos os habitantes do reino eram vassalos «naturais» do rei. A ideia, que se baseava na noção de «nascimento», passou a relacionar-se com a noção de «natureza», com as consequentes implicações ideológicas, pelo facto de assim se tornar efeito de uma realidade considerada essencial e por isso intocável e sagrada. Por outro lado, sendo a «naturalidade», na sua origem, uma noção de carácter feudal, implicava também a ideia de que os deveres de fidelidade não eram automáticos, mas condicionados ao cumprimento dos deveres correspondentes de auxílio e conselho a que o senhor estava obrigado para com os seus vassalos. O facto de a condição de vassalo se adquirir pelo nascimento não punha em causa o carácter recíproco de tais deveres. A evolução posterior, porém, traz consigo a ideia de que se referia a obrigações

automáticas. Um dos grandes ideólogos peninsulares destas noções é Afonso X, o Sábio, que considera a traição ao rei como um crime hediondo. Como se vê, a evolução da ideia de «naturalidade» torna-se complementar da de «reino» e passa a conotar todos os indivíduos naturais desse mesmo reino. Por sua vez, ao adquirir um sentido territorial, a noção de reino passou a implicar também a de «fronteiras». De facto, enquanto significou o poder sobre os vassallos, mais do que o poder sobre o espaço que eles habitavam, a noção de fronteira era uma realidade humana, mutável, imprecisa; normalmente uma zona de combate ou uma área deserta. Afectada pela noção de «naturalidade», passou a considerar-se antes a linha que separava os vassallos de um rei dos do rei vizinho. Tornou-se então complementar da noção de «território», e este, por sua vez, interpretou-se como suporte físico da diferença para com aqueles que habitavam para além das respectivas fronteiras. A fronteira sempre separou os «mossos» dos «outros», ou seja os nacionais dos estrangeiros. Outra noção complementar da identidade nacional por intermédio do conceito de «reino», foi a da sucessão régia. Esta é muito mais antiga do que aquelas de que falámos até aqui, mas adquiriu novas formas durante a Idade Média. Tornou-se a expressão mais importante da permanência do poder enquanto vínculo aglutinador dos vassallos. Daí a criação de mitos que apelam para o seu carácter sagrado como forma de sublinhar a sua idefectibilidade, como veremos mais adiante a respeito do mito de Ourique. O rei apresenta-se, portanto, como sempre se apresentaram todos os chefes, como centro coordenador da colectividade nacional, como o garante da sua unidade e da sua coesão, como o defensor contra os inimigos e o protector no meio das mudanças e vicissitudes que sempre ameaçam o homem. Mas as expressões ideológicas da permanência do poder régio foram-se tornando mais incisivas, com as consequentes consequências sobre a noção de comunidade nacional, que assim se viu envolvida pelo mesmo ideal de permanência e de sacralidade.

Como já observámos a respeito do processo de categorização, a consciência da identidade nacional só se generaliza de facto depois da difusão da escrita e da participação de toda a população na vida pública. Do mesmo modo, a influência das noções que acabámos de enumerar sobre a formação do sentido da nacionalidade também só muito lentamente envolveu a maioria dos portugueses. Atingiu primeiro, obviamente, os representantes da autoridade régia, uma grande parte do clero, sobretudo o que estava mais próximo dos bispos das dioceses e dos centros directores das ordens religiosas, mais tarde os membros das administrações municipais. A restante população do País foi provavelmente mais influenciada no processo de consciencialização nacional pelo uso constante de emblemas e sinais concretos, como o escudo de armas do rei, a bandeira

nacional e a moeda. Tornaram-se, de facto, sinais identificadores. A sua categoria simbólica dotava-os de um poder emocional que contribuiu para fazer esquecer o seu sentido primitivo de emblemas de dominação. E assim, mesmo quando as mudanças de regime faziam alterar a sua forma, como aconteceu frequentemente com a bandeira nacional, o escudo de armas do rei permaneceu sempre como elemento permanente, mesmo quando deixou de haver rei. Ainda hoje figura na bandeira de Portugal.

Atribuição de valor

O «valor» atribuído à identidade nacional é tanto mais positivo quanto mais importante se considera a sua defesa como meio de beneficiar os indivíduos que dela participam. Na medida em que se consideram os interesses da colectividade superiores aos dos seus membros, pode até tornar-se um valor supremo. Sendo assim, faz parte integrante de um código de conduta que convida a todos os sacrifícios, mesmo o da vida, para garantir o bem comum. Estas noções tornaram-se inerentes à ideia de «pátria», como valor fundamental, sagrado, indiscutível. Ao considerar eterna a noção de identidade nacional, a ideologia nacionalista tendeu também a considerar eterno o valor supremo que atribuiu à Pátria. Ora a investigação histórica não permite confirmar tais teorias. O significado primitivo da palavra é diferente e embora implicasse desde muito cedo um sentido emocional e fortemente valorativo, estava bem longe de designar o conjunto dos portugueses. De facto já se podem encontrar nos séculos XI e XII testemunhos da locução *pró pátria mori* (morrer pela pátria) como expressão de um ideal altamente venerado, mas o sentido de «pátria» é aí diferente daquele que veio a adquirir muito mais tarde. Significa a terra dos antepassados ou aquela onde se nasceu. Até ao fim do Império os textos jurídicos falavam de uma *communis pátria* para designar Roma, que todos os cidadãos romanos, mesmo sem aí terem nascido, podiam invocar como «pátria comum»; mas esta acepção da palavra desapareceu com o colapso do Império e o advento do cristianismo, reduzindo-se apenas ao seu sentido original. Como diz Bernard Guenée, para um monge a «pátria» era o seu mosteiro, para um camponês, a sua aldeia, para um burguês, a sua cidade. No século XII um autor inglês aplica o termo à monarquia insular e na segunda metade do século XIII certos juristas franceses recuperam a antiga noção romana para a aplicarem à França. Este sentido difunde-se sem dificuldade entre os juristas e é usado por alguns intelectuais que pretendem transferir para o conjunto da monarquia a carga afectiva e valorativa que se ligava ao país natal. Trata-se de um uso nitidamente ideológico. Mas a sua recepção em meios mais vastos é tão lenta como o próprio conceito de nacionalidade. Além disso, permanece como uma palavra latina: a sua adaptação francesa data do século XVI e a portuguesa talvez do século XV (José P. Machado). Está ligada ao movimento humanista ou renascentista. A atribuição de um valor à identidade nacional resulta, pois, de um

processo muito lento. Tentemos reconstituir os seus passos, apoiando-nos em alguns testemunhos históricos.

A primeira manifestação de um valor atribuído aos portugueses por oposição aos «estrangeiros» aparece muito precocemente nos *Annales Domni Alfonsi Portugalensium regis* (Anais de Afonso Henriques), redigidos em Santa Cruz de Coimbra por volta de 1184 ou 1185. O contexto em que se encontra é o da notícia acerca da batalha de S. Mamede. Diz o autor que Afonso Henriques se apoderou com mão forte do reino de Portugal, quando «certos (homens) indignos e estrangeiros cobiçavam o reino de Portugal com o consentimento da rainha D. Teresa, sua mãe». A censura contra os estranhos repete-se a seguir quando o mesmo autor diz que o Infante tomou o poder com ajuda dos seus amigos e dos senhores mais nobres de Portugal «que preferiam de longe que ele reinasse do que sua mãe ou do que os indignos e de nação estrangeira». Ao designar Portugal como um reino estava, obviamente, a projectar sobre o passado uma realidade que só se verificou depois de S. Mamede. O que importa, porém, é que, para o fim do reinado de Afonso Henriques, já um autor designava negativamente os galegos como estrangeiros e considerava suficiente para legitimar a sua expulsão o facto de o serem. Como é evidente, o mérito da acção atribui-se a Afonso Henriques e não propriamente aos portugueses. Para o fim do século XIV, por volta de 1380, encontramos já um texto em que o aspecto positivo se atribui a um conjunto de cavaleiros por serem portugueses, independentemente do valor do seu chefe. Trata-se da narrativa dos feitos de Rodrigo Forjaz de Trastâmara redigido pelo autor a quem se devem as últimas interpolações do *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, no seu título XXI. É um texto meramente ficcional, atribuído à época das lutas do rei Garcia de Portugal e Galiza, no século XI. O herói destes feitos formula por duas vezes um rasgado louvor a «estes boos fidalgos de Portugal».

Numa delas diz-se mesmo que os fidalgos de Portugal «sempre guardaram verdade e lealdade». O seu autor é um desconhecido que trabalhava para o Mestre da Ordem dos cavaleiros do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, pai de Nuno Álvares Pereira, no tempo do rei D. Fernando, ou seja na época das guerras deste rei com Castela, cujo carácter nacional já mencionámos. Os acontecimentos que se lhes seguiram, depois da Revolução de 1383 viriam acentuar ainda mais o antagonismo para com o estrangeiro, como vimos anteriormente. Foi efectivamente nesse contexto que surgiu a lenda de Ourique, construída a partir de uma tradição que sobrevalorizava uma vitória memorável de Afonso Henriques contra cinco reis mouros. O acontecimento que serviu de base à empolgação posterior deve ter sido verídico. Mas o seu relato já no fim do século XII era amplificado com elementos pouco verosímeis, como se pode verificar nos já citados *Anais* de D. Afonso rei de

Portugal. Depois de sucessivamente reinterpretado, sem o acrescentamento de sucessos substancialmente diferentes, o relato passou, no fim do século XIV, a incluir o célebre episódio da aparição de Jesus Cristo. Segundo esta versão dos acontecimentos, teria sido em memória dessa aparição que Afonso Henriques, depois da batalha, fixou o desenho das armas reais, dando-lhe a forma de uma cruz azul em campo branco, «departindo» a cruz em cinco escudos e «meteo trinta dinheiros em cada um dos escudos, em reverência da morte e paixão de Nosso Senhor Jesu Cristo que foi vendido por trinta dinheiros». Os reis posteriores, para poderem representar as armas em objectos de menores dimensões, teriam reduzido o número total de «dinheiros» a trinta, ou seja a cinco por cada escudete.

Assim, embora nesta versão do «Milagre de Ourique» não se diga que as armas tinham sido dadas pelo próprio Cristo ao rei de Portugal, a relação do combate com a aparição do Crucificado significava só por si a protecção sobrenatural a Afonso Henriques. A afirmação explícita de que esta protecção se estendia a todos os reis de Portugal, e consequentemente ao próprio reino, é muito posterior. Como observou Carlos Coelho Maurício, só se verificou durante o reinado de D. Manuel. Passou a letra de forma no célebre apócrifo em que Afonso Henriques se apresenta a prestar juramento sobre a aparição de que tinha beneficiado na batalha de Ourique, um texto que foi longamente glosado e comentado durante os séculos XVI e XVII.

A evolução posterior da lenda fez esquecer o significado das suas diversas fases. De facto, nas duas versões do princípio do século XV, a de 1416 e a de 1419, trata-se ainda das armas reais e não das armas do reino. Como disse, não se manifestava ainda a crença na protecção divina aos reis de Portugal sucessores de Afonso Henriques, nem muito menos ao reino por eles governado. As armas não tinham sido dadas pelo próprio Cristo, mas criadas pelo rei em memória da aparição do Senhor. Todos estes elementos são tardios. A transferência sucessiva de significado, progressivamente mais valorativo, faz-se por meio de uma sacralização cada vez mais explícita da função régia e do emblema que a representa. Pode-se associar a estes textos o sentido que se deduz da cronística régia dos séculos XV a XVII. Como se sabe, a primeira crónica dos reis de Portugal data de 1419. uma obra compilada por Fernão Lopes, inacabada, redigida a partir de uma considerável quantidade de materiais dispersos, mas que representa a primeira versão da história dos reis portugueses desvinculada da memória peninsular. Com efeito, todos os seus antecedentes tinham por objectivo perpetuar feitos de um personagem (como Afonso Henriques ou o Mestre Pêro Pais Correia, por exemplo), a fundação de um mosteiro, os milagres ou a vida de um santo, ou inseriam a história dos reis portugueses no contexto peninsular (como a *Crónica Geral de Espanha* de 1344). Assim, foi necessário a Fernão Lopes coligir dados de

natureza diversa para reconstituir a narrativa dos feitos régios portugueses. Ora, tanto a crónica de 1419 como as que se lhe sucederam até meados do século XVII, narram mais a história dos reis do que a história da Nação. Para além de insistirem na continuidade da sucessão como factor de legitimidade (o que se torna bem patente na esquemática *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, de 1429), dão o maior relevo aos episódios vitoriosos, aos perigos, ameaças e sofrimentos de que os reis saem triunfantes, para transmitirem intacto aos seus sucessores o reino que haviam recebido anteriormente. Nelas, o espaço nacional é visto como um todo, sem qualquer distinção que pudesse dar a entender que a autoridade régia não era acatada da mesma maneira em todas as partes do reino. As guerras civis, as contradições e as lutas internas são geralmente ocultadas, a não ser, em alguns casos, para contar histórias de traições sempre vencidas e castigadas.

Assim, através desta imagem ideal dos reis, perpassa implicitamente a noção de que a continuidade do poder garante a segurança do conjunto dos seus vassalos. Vai-se difundindo a ideia subentendida de que, assim como os reis vivem para o reino, assim os seus súbditos se devem sacrificar pelo bem comum.

A primeira obra em que os portugueses aparecem como sujeito é, talvez, significativamente, as *Décadas* de João de Barros (1552-1563). De facto, longe do reino, seria difícil narrar os feitos gloriosos dos portugueses a partir do protagonismo régio. Embora, como é natural, a narrativa se organize em torno dos feitos dos personagens mais salientes, o conjunto apresenta-se, na realidade, como monumento a uma epopeia colectiva. O seu significado «nacional», porém, só atinge um auditório de maiores dimensões por intermédio da obra que ele parcialmente inspira, ou seja, através *d'Os Lusíadas* de Camões. A começar pelo próprio título, trata-se efectivamente de uma epopeia colectiva e não da história dos seus chefes. Os portugueses, laureados por uma designação que os liga ao passado clássico (o povo que reivindicava a glória de ter resistido longamente aos Romanos), tornam-se o centro de uma intriga que apaixona o próprio Olimpo. A sua conquista dos mares, apoiada por Vénus e temida por Neptuno, fora preparada por uma história gloriosa, feita de combates e de paixões, cujo destino imparável ameaçava o próprio poder dos deuses. O povo que estava no extremo da Europa chegara aos confins do mundo. O impacto *d'Os Lusíadas* sobre o imaginário nacional é de tal ordem, que se torna difícil exagerá-lo, se não se compara o sentido do seu discurso com o de todos os textos anteriores que já referimos. Exprime uma espécie de imensa euforia resultante da visão da história nacional como um conjunto cujo relato evidencia uma lógica que antes ninguém podia ter percebido. A forma poética, retórica, enfática, do discurso imprime-lhe uma força persuasiva enorme. Aqueles que se consideram membros do mesmo povo não

podem deixar de se convencer que aquela *é* de facto a sua própria história. Assim, os receptores identificam-se eles próprios com os heróis, não como quaisquer ouvintes de um relato empolgante, mas como representantes do colectivo que ali desempenha as funções de principal actor. O povo, que até então fora apenas uma massa cinzenta e ignorada, cuja existência só se percebia como suporte da autoridade régia, passa para o primeiro plano das acções mais heróicas, independentemente de qualquer chefe. É um colectivo, e portanto um ser abstracto, mas, ao tornar-se protagonista de uma história gloriosa, adquire personalidade, isto é, uma identidade compreensível para as mentes mais simples ou mais rudes. Resta o problema de saber quantos portugueses leram o poema, nessa época e no século seguinte... É verdadeiramente patético observar que a publicação *d'Os Lusíadas* se verifica pouco antes de Portugal perder a sua independência, e num momento em que se acentuavam já os sinais do desmoronamento do império. O imaginário que o poema representa e fortalece, porém, adquire uma tal potência, que não deixará mais de alimentar os sonhos mais utópicos acerca do destino nacional, até aos dias de hoje. Por outro lado, ao tornar-se uma representação fortemente interiorizada, contamina a própria historiografia, mesmo aquela que se pretende científica e objectiva, sobretudo a partir do século XIX. Com efeito, a ideia de «decadência» que viria a tornar-se uma verdadeira obsessão da história nacional, pelo menos desde meados do mesmo século, resulta em grande parte de se ter interiorizada a ideia de que o passado nacional havia alcançado dimensões de tal modo sobre-humanas que qualquer confrontação com a realidade presente teria de ser necessariamente desoladora. As interpretações da imaginada «decadência» passaram então a buscar bodes expiatórios, fossem eles a corrupção moral trazida pelas riquezas do Oriente, a degenerescência dos reis portugueses, a cobiça da aristocracia nobiliárquica, a ganância da Igreja católica, o obscurantismo da Inquisição, o maquiavelismo dos Jesuítas, o absolutismo monárquico, o conservadorismo miguelista, a sujeição à Inglaterra, a perda do Brasil. A comparação da inferioridade económica e técnica com o desenvolvimento dos países do Norte da Europa tornava as cores mais sombrias, e a busca dos caminhos regeneradores mais cheia de ansiedade. Em tudo isto se verifica uma atitude cujo pressuposto constante é o do valor indiscutível da Nação.

Não devemos esquecer, porém, que nem todos os portugueses dos séculos XVI, XVII e XVIII leram *Os Lusíadas*. Não se pode, portanto, projectar o seu significado sobre a opinião de todos eles, nem atribuir a todos os conceitos subjacentes ao poema. Os leitores foram, sem dúvida, muito numerosos, sobretudo no século XIX, a sua influência enorme, mas não é verosímil estendê-la para além de uma camada suficientemente culta da população citadina. De outro modo, não poderíamos explicar a anedota já mencionada a

respeito dos pescadores da Póvoa do Varzim. Quer isto dizer que apesar do forte impulso dado por Camões ao processo de consciencialização da identidade nacional, não se podem atribuir ao século XVI português fenómenos que só se verificaram de facto a partir da última década do século XIX. Os escritos e reflexões sobre a chamada «decadência nacional» intensificaram-se, como se sabe, com a «Geração de 70». Mas os autores desta época não se limitaram a tentar explicá-la e a propor remédios para a combater. Procuraram também compreender a Nação!, definir e explicar as suas características, nomeadamente por meio de estudos sobre as origens do povo português e a averiguação exacta da sua história, propor-lhe metas e objectivos a alcançar, colaborar na sua edificação, apontar os caminhos através dos quais ela podia regenerar-se ou adaptar-se ao mundo moderno, servindo-se para isso de processos intelectuais, como a averiguação exacta da história portuguesa, ou de meios mais realistas como o desenvolvimento dos transportes e a industrialização. A partir de 1890, o movimento que assim procuramos descrever ultrapassa pela primeira vez o âmbito da população burguesa e minimamente instruída. O acontecimento que aparentemente desencadeou uma reacção popular a que se pode sem hesitação apelar de «patriótica» e «nacionalista» foi o Ultimatum de 1890. A diferença em relação ao passado não passou despercebida a Eça de Queiroz, num texto em que manifesta a sua surpresa pela profusão e emotividade das manifestações populares, que atribui ao «ressurgir de uma ideia colectiva», e em que se escandaliza por essa «barafunda sentimental e verbosa, em que o estudante do liceu e o negociante de retalho me parecem tomar de repente o comando do velho Galeão Português» (cit. por Rui Ramos). Entre 1870 e 1890 dera-se a difusão da imprensa jornalística e a multiplicação das escolas. O número de portugueses capazes de captar a consciência da identidade nacional e de assumir como um valor os interesses da Pátria tornou-se conseqüentemente muito maior. A partir daí, a intervenção dos mentores da Nação deixou de se dirigir apenas àqueles que tinham capacidade de decisão política, militar ou cultural, para se orientar sobretudo para as classes populares. Tomou a forma de apelo ao espírito cívico, como decorrente da obrigação de qualquer cidadão, e utilizando os processos mais persuasivos, como as grandes comemorações colectivas de feitos nacionais gloriosos nas datas dos seus centenários ou a exaltação de heróis da Pátria, como sementes de novos heróis. Para alcançar os efeitos de massa pretendidos pelos mentores não era preciso insistir no valor da Pátria. A persuasão estava garantida à partida. O patriotismo tinha alcançado o grau mais elevado da escala de valores; podia, pois, ser invocado com toda a segurança como motor de acção. A ideia de identidade nacional depressa se tornou uma convicção profundamente arraigada e passou a estar presente na consciência de todos. Foi invocada por todos os regimes políticos a partir

de então, desde o liberalismo ao salazarismo, passando pelo republicanismo de todas as cores. Só os anarquistas o puseram em dúvida. Por isso foram ferozmente combatidos por republicanos e salazaristas. Salazar podia tranquilamente propor como trilogia básica dos valores defendidos pelo regime a fórmula «Deus, Pátria e Família». Apontemos, finalmente, como elementos com semelhante valor emotivo, os acontecimentos da História nacional evocados pela memória colectiva como constitutivos dessa mesma identidade, sobretudo quando são atribuídos à Nação no seu conjunto e não apenas aos seus chefes. Já apontámos um conjunto deles a propósito d'*Os Lusíadas*: os Descobrimentos e a Expansão. Podemos agora acrescentar outros, como a batalha de Aljubarrota e sobretudo as revoluções nacionais, tais como as de 1383, 1640 e 1910. Alguns autores interpretaram mesmo como «nacionais» acontecimentos tais como a batalha de S. Mamede ou a batalha de Ourique.

Projectavam sobre o passado um conceito que só teria razão de ser alguns séculos mais tarde. Para um historial moderno é também discutível o carácter «nacional» das revoluções mencionadas: todas elas foram desencadeadas por uma minoria ou mesmo por um pequeno grupo (como a de 1640) e a adesão da maioria nem sempre foi tão rápida e espontânea como pretenderam os historiadores nacionalistas. Aqui, porém, o que nos interessa não são os acontecimentos em si mesmos, mas a interpretação que deles foi dada em função da identidade nacional. Ao atribuírem-se ao conjunto da Nação passam a significar, por um lado, que ela é sujeito de acção autónoma, e por outro, que é capaz de se regenerar a si mesma por meio de actos colectivos que funcionam como actos fundadores de novos períodos, como se em cada um desses momentos se recuperasse uma pureza primitiva anteriormente perdida. O papel destes acontecimentos é de tal modo importante para a identidade nacional, que o regime salazarista não deixou de se apresentar como igualmente legitimado por uma «Revolução Nacional» em 1926. Acontece, porém, que o próprio regime acabou depois por renegar esse conceito, temendo atribuir uma força positiva a qualquer espécie de movimento revolucionário (todas as revoluções teriam sido perniciosas): além disso, o progressivo descrédito do regime como movimento de massas acabou por esvaziar o carácter propagandístico que inicialmente se havia atribuído ao 28 de Maio.

A análise do processo por meio do qual se verifica historicamente a identidade nacional mostra claramente, portanto, que ela é inseparável da sua própria percepção colectiva. Ou melhor, entre o momento em que Afonso Henriques se apropria do poder sobre o condado portugalense até àquele em que a população de Lisboa e do Porto se manifesta contra a Inglaterra em nome dos interesses da Pátria, vai um longo caminho,

através do qual se vai formando a consciência de pertença ao colectivo nacional. O processo tem um ponto de partida meramente político: a apropriação do poder por um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens; tem um ponto de chegada que já não se pode classificar como meramente político, mas que se situa no domínio dos fenómenos da sociologia ou da psicologia social. O processo que conduz de um ao outro consiste, em primeiro lugar, no alargamento progressivo do conjunto de homens que considera um valor a pertença a esse colectivo e que é capaz de compreender o seu interesse em lhe pertencer; e em segundo lugar na conotação da ideia de colectivo nacional, de forma a poder formulá-la através de representações mentais simultaneamente adaptadas à compreensão simples e a uma averiguação complexa de sua natureza. Sendo assim, pode questionar-se o carácter «natural», «essencial» ou «eterno» da identidade nacional, ou mesmo a sua «longa duração». Não pode deixar de constituir um fenómeno cultural, talvez efémero, apesar da sua enorme potencialidade. Estas questões, porém, só podem ser aprofundadas no âmbito das ciências sociais e não apenas com a contribuição da História.

Anjo Custódio de Portugal, pintura de Garcia Fernandes na Igreja de S. Francisco de Évora

Vários autores do século XIX procuraram em razões «naturais», como vimos, os fundamentos da Nação. O racionalismo então dominante tentava, assim, adaptar ao pensamento moderno a causa divina a que os pensadores da época anterior atribuíam a sua fundação: iam buscar à entidade quase sagrada da Natureza os fundamentos de uma realidade social tão importante como essa, e que, por isso mesmo, não podiam considerar arbitrária, irracional ou perecível. Não admira, pois, que as tentativas para encontrar os fundamentos geográficos da individualidade portuguesa só aparecessem nessa época. Os seus adeptos, porém, não foram muitos. De Élisée Reclus (1876) a Orlando Ribeiro (1977), passando por Barros Gomes (1878) e Oliveira Martins (1879), foi-se progressivamente firmando a convicção de que não havia nenhuma identidade geográfica de base física.

Com efeito, apesar de algumas tentativas de sentido contrário, há muito que os geógrafos estão de acordo em afirmar que a individualidade natural do território português, como um conjunto definido face à Espanha! pelas suas fronteiras políticas, é praticamente insignificante. A maioria das unidades de relevo é atravessada* como que ao acaso, pela fronteira, e prolonga-se para além dela. A maior parte da raia, «seca» ou fluvial, divide paisagens pouco acidentadas e semelhantes de ambos os seus lados. Quanto ao clima, os

lugares onde se verifica uma mutação nítida, devido à presença de barreiras montanhosas, não coincidem nunca com a fronteira. Por isso, a maior parte dos autores concluíram que Portugal não se distingue do resto da Península Ibérica por nenhum elemento diferenciador de carácter natural. O País foi uma construção dos homens, e não da Natureza. O problema da nossa individualidade geográfica está hoje, portanto, esgotado. O debate que suscitou teve como resultado mais positivo a determinação das condições naturais, não do conjunto do território português, mas da sua divisão regional, ou seja das diferenças que o repartem. Acentuou a sua falta de unidade. Como mostrou Orlando Ribeiro em 1945, podem-se distinguir três grandes áreas naturais em Portugal: o Norte Atlântico, o Norte Trasmontano e o Sul; mas todas elas se prolongam pelas regiões espanholas que as limitam. Sendo de base natural, esta divisão tripartida foi considerada como um elemento fundamental da explicação de grande parte dos aspectos humanos da Geografia que caracterizavam o País até meados deste século: os modos de ocupação e de exploração da terra, a densidade da população, as tradições culturais e a repartição social. A existência de regiões com diferenças profundas, embora divididas por zonas de transição que dificultam o traçado dos seus limites, constitui, pois, uma nota marcante da identidade nacional. Até aos anos 60, os geógrafos tendiam a considerar a oposição Norte-Sul mais importante do que o contraste entre o Interior e o Litoral. Todavia, a actual organização territorial, que tende a esvaziar as terras do Interior e a concentrar a população e as principais actividades económicas e culturais na faixa litoral, veio acentuar uma tendência diferente, agora de bases pouco «naturais». Com efeito, não há uma relação evidente entre as características físicas do conjunto atlântico e o seu recente desenvolvimento acelerado, à custa de regiões cujas condições naturais não parecem justificar, só por si, o progressivo esvaziamento. É preciso recorrer a factores complexos para explicar o fenómeno. Seja como for, tornou-se uma característica do nosso País pelo menos tão forte como a divisão Norte-Sul. Por outro lado, convém notar que o limite entre o Norte e o Sul de Portugal é bastante claro na parte interior do País, onde a Cordilheira Central constitui um marco de grande relevo. Não existe nenhuma separação análoga no Litoral, o que explica os diferentes traçados de fronteira propostos pelos geógrafos, assim como o facto de um deles, Amorim Girão, natural da Beira e que viveu sempre em Coimbra, ter dividido Portugal, não em duas, mas em três faixas latitudinais: Norte, Centro e Sul. Na sua arrumação, a Cordilheira Central perdia o seu papel separador, para se tornar o eixo ordenador de todo o Centro. Mais recentemente P. Birot (1950) manifestou uma opinião semelhante.

A divisão Norte-Sul, todavia, tem mais adeptos, e conta com a autoridade de Lautensach e de Orlando Ribeiro.

A Cordilheira Central, que a marca, prolonga, de resto, uma fronteira geográfica que vem de mais longe e que separa também a Meseta Norte e a Meseta Sul. A sua função foi confirmada por fenómenos de vária ordem, observados por especialistas de outras disciplinas, como a dialectologia (Lindley Cintra), as técnicas agrícolas (Jorge Dias e Ernesto Veiga de Oliveira), a estrutura do parentesco (Robert Rowland e Joaquim Nazareth), a prática religiosa (Luís de França), o comportamento eleitoral depois de 1974 (Jorge Gaspar, entre vários outros) ou as estruturas político-administrativas (José Mattoso).

As referidas discrepâncias de interpretação serviram sobretudo para mostrar o carácter esquemático, ou mesmo arbitrário, de qualquer divisão primária de uma realidade muito complexa, onde se entrelaçam não poucos elementos contraditórios, de extensão desigual e em evolução constante. De facto, a influência das condições geográficas sobre a identidade nacional não se exprime apenas através da divisão regional. As modalidades de ocupação e de organização do solo também a marcaram diferenciadamente. Para o verificar é preciso ter em conta factores físicos, como a altitude, o modelado e a natureza pedológica do solo, como determinantes das condições climáticas, da facilidade ou dificuldade da circulação humana e da exploração da terra, enfim das condições propícias ou desfavoráveis ao rendimento do trabalho agrícola. Tomados em conjunto, determinam o grau de atracção ou de repulsão que a terra exerce sobre as comunidades humanas e consequentemente sobre os caracteres de cada região. A este respeito não se pode esquecer que em Portugal se encontram poucas terras fundas, planas, ricas em húmus, suficientemente húmidas, e, por isso, favoráveis à agricultura intensiva, como acontece, de resto, na maioria dos países mediterrânicos, onde o relevo acidentado, o clima seco, a terra delgada e pobre, e os solos rochosos reduzem os campos férteis a manchas dispersas de solo arável. Uma das áreas que reúne melhores condições naturais e que por isso sempre atraiu os cultivadores é o Minho. Encontram-se condições semelhantes entre o Douro e o Vouga, na Estremadura e no litoral algarvio. Por razões que se prendem mais com a extensão de planícies de aluvião, podem-se também apontar zonas férteis no Baixo Mondego e no Ribatejo. No interior do País, as áreas favoráveis à agricultura são mais raras. Mencionem-se, em todo o caso, as várzeas de Chaves e da Vilariça, em Trás-os-Montes, a Cova da Beira, a área situada entre Évora e Portalegre e as terras de «barro» que circundam Beja. Mas a proporção de terras com pouco rendimento é muito superior. Por isso, sendo Portugal um país cuja actividade económica predominante foi sempre, até há pouco tempo, a agricultura, nunca produziu excedentes bastantes para sustentar uma exportação significativa no mercado internacional. Exceptuam-se o Douro, com o seu vinho, e o litoral algarvio, de onde saíam os frutos e passas destinados à Europa do Norte.

Na história portuguesa houve frequentes tentativas para aproveitar melhor os recursos agrícolas, por meio do desbravamento de terras desocupadas. Suscitaram os arroteamentos de que há notícias, nos séculos XI e XII, e que acompanharam um crescimento significativo da população. Certas áreas desertas ou de pastoreio começaram então a ser ocupadas. Mais tarde, na segunda metade do século XIII, houve novos aproveitamentos de solos até então incultos. Nesta época, estão documentados secagens de terrenos pantanosos no Baixo Mondego, na Alta Estremadura e no Ribatejo, desbastes de florestas na Estremadura, fundações de póvoas marítimas no Minho e na Estremadura. Mas a crise demográfica e económica que se seguiu, durante os séculos XIV e XV, provocou o abandono de muitos terrenos pouco produtivos. Muitas das «vilas mortas» conhecidas, ou para sempre esquecidas, datam dessa época. O aproveitamento intensivo do solo parece ter ficado mais ou menos parado desde essa época até ao século XVIII. Mas o crescimento da população portuguesa desde o fim deste século até meados do século XX levou a nova expansão! agrícola. Este movimento teve a sua intensidade máxima entre o fim do século XIX e meados do seguinte, dando lugar a sucessivas campanhas de desbravamentos!! sobretudo em terras da Estremadura, da Península de Setúbal, do Ribatejo meridional e do Alentejo. Algumas delas voltaram de novo ao brávio, sobretudo no Baixo Alentejo.

Outro aspecto das condições naturais do território português directamente dependente das condições físicas do solo é a sua influência sobre os transportes e a comunicação humana. No interior do País várias serras constituem obstáculos evidentes à circulação, sobretudo quando mais elevadas, mais compactas ou mais recortadas. Muitas delas são praticamente desertas. Por isso, o Gerês, deserto e áspero, serve de raia entre Portugal e a Galiza; o Marão, escarpado, separa os trasmontanos dos minhotos; os habitantes das planuras a norte e a sul da Serra da Estrela pouco comunicavam entre si; e os algarvios iam mais facilmente ao Golfo de Cádiz, do que ao vizinho «reino» de Portugal.

Estas dificuldades não se devem generalizar a todo o Interior. As vias de comunicação tradicionais contornavam as montanhas sem grande dificuldade; os almocreves e viajantes atravessavam-nas, mesmo em pontos agrestes. Aparentemente, a construção de estradas e de caminhos-de-ferro, ao acentuar o contraste entre os lugares mais ou menos acessíveis, é que veio determinar o isolamento dos povoados hoje perdidos nas serras, mas que outrora, quando os seus habitantes estavam habituados a caminhar durante várias horas, mantinham relações frequentes com a planície. Maiores obstáculos constituíram as gargantas escarpadas, ao longo de rios caudalosos. Assim aconteceu no Douro e no Tejo em pontos onde se fixaram trechos de fronteira abandonados durante

séculos aos contrabandistas. Podem-se-lhe comparar alguns passos dos vales médios do Lima, do Cávado, do Mondego, e de alguns afluentes, como o Zêzere desde a Cova da Beira até ao Tejo, igualmente repulsivos para a ocupação humana; mas a principal razão que levou os homens a evitá-los foi a escassez de fundos planos favoráveis ao regadio. O profundo vale português do Douro só começou a atrair o povoamento quando se organizou a exportação do vinho «do Porto». Mas as regiões de percurso mais difícil, em Portugal, são as serras de xisto miudamente recortadas. A Serra Algarvia e a mole da extremidade sul-ocidental da Cordilheira Central sempre constituíram áreas separadoras. Uma isola o Algarve do resto do País; a outra serve de fronteira à Estremadura, ao Ribatejo, à Beira Baixa, à Beira Alta e à Beira Litoral. Com a mesma função repulsiva, mas por razões diferentes, podemos apontar a antiga Charneca da margem sul do Tejo, que recentemente se cobriu de sobreiros e eucaliptos, mas continua deserta, com a excepção dos estreitos vales regados do Sorraia. A excepcional aridez do solo fez dele o principal obstáculo que separa o Sul português das regiões mais activas do Centro e do Noroeste.

O que acabamos de ver acerca do solo português e da paisagem física contribui para explicar que os pontos de concentração populacional não se distribuam uniformemente pelo território. Alguns caracteres fundamentais da actual estrutura têm nítidos precedentes históricos, como se pode observar comparando o mapa traçado a partir do levantamento mandado fazer em 1527 por D. João III com o mapa da distribuição correspondente em 1940. Para os períodos anteriores só existem documentos indirectos, como o rol das igrejas de 1320, mas eles confirmam que o essencial da distribuição dos estilos de povoamento já se encontrava configurado nessa época. Em cinco séculos, a população portuguesa cresceu muito. Era, em 1940, 5 a 6 vezes maior do que no começo do século XVI, e atinge hoje cerca de 8 vezes o mesmo valor. Assim, só se podem comparar os tipos de distribuição regional; mas verifica-se que perduraram muitas características da distribuição antiga do povoamento.

Em 1527 era ainda fortemente influenciada pelos factores naturais. Resultava sobretudo da atracção das terras mais fecundas ou mais fáceis de cultivar, da capacidade de circulação permitida ou proporcionada pelos acidentes físicos, mas também da distribuição dos lugares onde se foram fixando os detentores do poder. O mapa de 1940 corresponde à expansão máxima do povoamento rural, como resultado do aumento da população nos 150 anos anteriores, do rendimento obtido com o uso de adubos químicos e dos primeiros resultados da industrialização. A localização em núcleos densos ou em casas dispersas estava já regionalmente definida em 1527. Por exemplo, em Entre-Douro-e-Minho, apenas 21 % da população se concentrava em «lugares juntos», enquanto os 79 % restantes viviam

dispersos em «casais». Pelo contrário, em Trás-os-Montes, 90 % dos moradores viviam aglomerados, e esta proporção seria ainda maior se se excluísse a área de transição do Sudoeste da província. Não se sabe, porém, por que razão os transmontanos permaneceram em lugares aglomerados, com a preservação dos seus usos comunitários, ao passo que nos vales do Minho as casas se intercalavam entre os sítios anteriormente ocupados, o mais perto possível das terras cultivadas. Em 1527 já existia na Beira central uma multidão de pequenos concelhos rurais, cada um deles encabeçado por uma «vila», muitas vezes uma simples aldeia. A maioria perdurou até que o governo liberal suprimiu os menores, anexando-os a outros mais importantes. Na Estremadura, a rede de aldeias e vilas já se encontrava instalada no século XVI, e o crescimento posterior da população fez-se por dispersão intercalar, provocando um tipo de povoamento muito emaranhado. No Alentejo, encontrava-se já, em quase todos os concelhos, uma vila ou cidade de certa importância, em geral amuralhada, sita em lugar alto, às vezes provida de um arrabalde, e com aldeias e «casais apartados» formando um povoamento disperso. Ao contrário da Estremadura, o povoamento alentejano pouco aumentou depois do século XVI. Muitos centros urbanos mal duplicaram o número de habitantes (ao passo que a População do País, como vimos, aumentou umas 6 vezes) e perderam as suas funções não rurais. Mas o esqueleto de uma densa rede de centros de povoamento aglomerado perdurou, mantendo uma paisagem muito específica. Actualmente continuam a perder a sua população jovem em proveito das cidades do Litoral. No século XVI, o estilo regional de povoamento já estava, portanto, assente. Mas o peso relativo da população de cada região e a configuração global da sua distribuição modificaram-se bastante. A alta densidade do Minho e do baixo Vouga e a capacidade de atracção da Estremadura, que já se podem verificar no século XIII, mantiveram-se. Certos grandes espaços quase vazios continuaram despovoados, como aconteceu nos lugares que mencionámos anteriormente. Mas noutros casos verificaram-se importantes modificações. Note-se o forte despovoamento relativo de Trás-os-Montes, da Beira oriental e do Alto Alentejo. Em 1527, as regiões fronteiriças do Sul, hoje esvaziadas, eram povoadas e activas, enquanto o Litoral era pouco mais ocupado do que o Interior, com excepção do Minho. A esta alteração, pode-se opor uma característica global permanente: a elevada densidade do Noroeste comparada com o resto do País. Esta assimetria estável vem já, provavelmente, desde a Pré-História. Só nos tempos mais recentes é que o contraste começou a atenuar-se devido ao aumento do peso relativo da população no Centro litoral, sobretudo da região que rodeia Lisboa. Este fenómeno esboçava-se já no século XVI, quando a Estremadura, começava a ter uma ocupação comparável com a do Minho. O rápido aumento da população da Região Metropolitana de

Lisboa representa um espectacular resultado do mesmo movimento. Mas o aspecto mais saliente é o desequilíbrio crescente entre o povoamento do Litoral, excepto ao longo da costa alentejana, e o do Interior. Quando se compara um mapa do aumento da população por concelhos nos últimos vinte anos com o mapa correspondente da sua diminuição, verifica-se que aquele se dá apenas no Litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, e esta em todo o Interior. A aglomeração em lugares com melhores possibilidades de emprego começou a manifestar-se a partir de 1950. Só o crescimento moderado de alguns pólos urbanos do Interior, e a sua «aproximação» dos lugares mais progressivos, por meio da nova rede de estradas, pode de alguma maneira compensar a fuga maciça para o Litoral.

Passemos a examinar o grau relativo da concentração urbana e da dispersão rural em 1527. Traçando o mapa das sedes administrativas com mais de 100 fogos, verifica-se o forte contraste que opõe duas categorias de regiões: em Trás-os-Montes, na Beira a norte da Cordilheira Central e no Baixo Alentejo ocidental nenhuma reunia mais de 500; a grande maioria congregava apenas 100 ou 200; na fachada atlântica de Viana do Castelo até ao baixo Sado, no Algarve litoral e a sul da Cordilheira Central, desde Beja até à Covilhã, multiplicavam-se as aglomerações com mais de 1000. É curioso notar que os três grandes conjuntos de regiões de povoamento mais «urbano», viriam a ter destinos diferentes. As duas faixas litorais continuaram a desenvolver-se sob o impulso dos seus centros, sobretudo do Porto e de Lisboa. Pelo contrário, o espaço urbanizado encostado à fronteira castelhana, cuja rede se havia mantido sem grandes alterações desde a época romana, graças à sua ligação com as antigas capitais da Bética e da Andaluzia, ficou paralizado depois de inserido no território português. No século XVI, só Évora, animada pela presença frequente da Corte, escapava ainda ao estiolamento que já afectava as regiões interiores do Sul. Mas, a partir de 1580 cessou de vez este privilégio. Permanecendo como a principal cidade do Alentejo, não conseguiu polarizar o conjunto da província.

Portugal desenvolveu-se, portanto, ao longo da fachada litoral, onde os centros urbanos prosperaram,] implantados nos sítios de contacto entre a navegação! marítima e a fluvial, e onde os rios eram cruzados pela via terrestre norte-sul. Este eixo, já importante na época romana, ligava o baixo Tejo, onde se fixou a capital, com o Noroeste, povoado e rico, solar da mais antiga nobreza do reino, e onde o Estado se formou a partir do Condado Portucalense. Foi ao longo dele que o Poder se deslocou do norte para sul, entre o fim do século XI e meados do século XIII. Os centros urbanos do Interior ficaram cada vez mais dependentes dele, com excepção dos do Algarve.

É preciso distinguir as vilas ou pequenas cidades com um papel de animação local, dos centros urbanos com funções nacionais ou regionais. A localização daquelas explica-se

por razões económicas de abastecimento ou de trocas, num âmbito espacial reduzido, baseadas nos contrastes naturais que marcam os seus arredores. Assim acontece em Trás-os-Montes e ao redor da Cordilheira Central. Outros centros urbanos foram instalados em sítios de valor estratégico, no cimo de montes escarpados, mas desprovidos de quaisquer recursos locais. Apesar de protegidos pelo poder central como pontos de defesa fronteiriça, tiveram grande dificuldade em manter-se. Estiolaram, como Miranda do Douro e Marvão, ou desapareceram por completo, como Numão e Marialva. A Guarda resistiu, por ter um anexo fértil no vale do Mondego, por ter conservado a sua sede episcopal e por estar junto a um cruzamento ferroviário com ligação directa à Europa.

A relação entre os centros urbanos e a organização regional é fraca. Nenhuma cidade portuguesa se pode considerar o centro de qualquer grande divisão regional. A maior parte apresenta uma fisionomia marcada pelas características do lugar ou como elemento de uma família urbana mais vasta. Inserem-se na respectiva região mas não a comandam. Só escapam à regra as duas cidades que polarizam as Regiões Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Só as capitais de distrito começaram recentemente a criar alguma relação clara com a respectiva área envolvente. Por razões óbvias. O distrito e a sua sede foram definidos pelo poder central em 1835. A sua função regional, fraca na origem, ou disputada por outra cidade, foi reforçada pelo exercício de funções novas, e pela presença de novos organismos como quartéis, escolas ou universidades, o que estimulou a sua actividade e promoveu as suas ligações com o território dependente. O crescimento regular das sedes de distrito vem confirmar a influência das funções administrativas sobre a evolução dos centros urbanos.

As grandes comarcas regionais definidas no tempo de D. Dinis não passavam, na origem, de uma divisão pouco mais do que nominal. Não tinham sedes urbanas e os respectivos corregedores circulavam por todo o seu território. A vida das populações dependia mais das autoridades municipais do que dos representantes do poder régio. Assim, apesar da influência crescente da organização distrital, a consciência de origem da maioria dos portugueses, marcada por tradições vindas do fundo dos séculos, exprime-se pela ligação ao concelho e não ao distrito. A divisão regional portuguesa parece, portanto, nada dever a uma organização territorial de carácter urbano. Lisboa domina, de longe, a maior aglomeração urbana de Portugal. Parece ter sido assim desde que se podem usar dados quantitativos para estabelecer comparações! com outras cidades. A concentração que nela se deu das principais actividades produtivas, administrativas e políticas de todo o País corresponde ao precoce e tradicional centralismo do Estado Português. A este fenómeno chamou-se, em tempos, a «macrocefalia» portuguesa» termo que exprime bem a

desproporção entre a concentração das funções económicas e políticas no centro e o atrofamento das mesmas funções na periferia.

O fenómeno da urbanização do espaço, em termos económicos, sociais, culturais e político-administrativos não tem deixado de se acentuar ao longo dos séculos, exerce uma influência crescente sobre a configuração *das* regiões. Pode parecer que a uniformização dos padrões* culturais imposta pelos media tem uma potencialidade capaz de cobrir por completo as diferenças culturais da base regional. Não se sabe, porém, quais vão ser os resultados efectivos neste campo. Em países que atravessam actualmente estádios muito mais adiantados de urbanização, surgem características próprias de certas cidades que lhes conferem um papel correspondente aos antigos padrões culturais de base rural. Não é provável, por exemplo, que se venha a atenuar a antiga rivalidade que opõe o Porto a Lisboa. Os caracteres específicos de cada grande cidade e da sua respectiva área metropolitana podem evoluir, mas devem manter as suas diferenças. Mesmo com uma ténue ligação com o factor da «territorialidade», os sinais identificadores que distinguem as comunidades humanas a nível regional e local, expressos, agora, em comportamentos de origens bem mais complexas, continuarão decerto a marcar uma população fortemente urbanizada, da mesma maneira que os sinais outrora ligados à terra. Como conclusão desta breve caracterização geográfica de Portugal continental, podemos dizer que a desigualdade da distribuição demográfica, da implantação urbana e da rede de comunicações cria desequilíbrios espaciais de grande amplitude. Portugal é um país nitidamente desigual. Quando alguns dos seus habitantes do Interior se queixam de terem piores condições de vida e menos oportunidades do que os do Litoral, estão a exprimir uma diferença que dificilmente se poderá considerar imaginária. Este problema não reflecte apenas a desigual capacidade de recursos naturais em cada uma dessas áreas, mas também a desigual distribuição de poderes no território português. O fenómeno que o debate sobre a regionalização evidencia vem desde há muito. Constitui uma realidade estrutural de Portugal continental.

O Zé Povinho. Peça de louça do museu Rafael Bordalo Pinheiro.

O factor político

Como vimos na primeira parte o factor político é sem dúvida o mais determinante na formação da identidade nacional. Uma vez verificado o facto, trata-se agora de descrever as modalidades que ela revestiu graças a esse mesmo factor. Um dos seus efeitos mais significativo reside no próprio nome de Portugal. Merece a pena examiná-lo com alguma demora. Vejamos, antes de mais, como ele nasceu: *«E a causa por que se a terra chamou Portugal, foi porque antigamente sobre o Douro foi povoado o castelo de Gaia, e por aportarem i mercadores em navios e assi pescadores pelo rio dentro, e ancorarem e estenderem suas redes da outra parte do rio, e para isso ser mais conveniente, se povoou outro lugar que se chamou o Porto, que ora é cidade mui principal. Donde, ajuntados estes dous nomes, saber Porto e Galia, foi chamado Portugal»*. Assim escreve Fernão Lopes, provável autor da *Crónica* de 1419, no início do seu capítulo II. Nas suas linhas gerais esta teoria ainda hoje se mantém como válida, embora se discuta calorosa e eruditamente a que lugares, exactamente, correspondiam os nomes de Portus e de Cale, os dois topónimos que deram origem ao primitivo nome da povoação a que hoje se chama Porto. Há os adeptos da margem esquerda e os da margem direita, os que dão prioridade histórica ao lugar de um ou do outro lado do rio. Todos se entendem, porém, neste ponto: o nome do nosso País deriva do nome primitivo da cidade do Porto. Camões também o afirma, fazendo-se eco da opinião corrente:

«Lá na leal cidade, donde teve
Origem (como é fama) o nome eterno
De Portugal...»

Provavelmente não importa muito saber por que é que o nome da cidade se reduziu ao seu primeiro elemento, Porto, mas manteve a sua forma primitiva (ou dela derivada) quando aplicado a todo o país. É indispensável, porém, averiguar por que é que, começando por ser o nome de um centro urbano, se estendeu ao conjunto nacional sem nunca ter designado propriamente uma região ou uma província, e também sem nunca ter sido a capital do reino. Em termos gerais, este fenómeno parece significar que o nome do País deriva de um centro administrativo e não de um povo. A importância deste facto

pode-se verificar comparando-o com o nome de outros países que derivam de substantivos étnicos, como aconteceu, por exemplo, na França - terra dos francos -, na Alemanha - terra dos alamanos ou na Inglaterra - terra dos anglos.

Com efeito Portucale era uma civitas na época dos suevos, depois de provavelmente o ter sido já na época dos romanos, e continuou a sê-lo sob o domínio dos visigodos. Era o nome do lugar. Não se sabe se o seu segundo elemento, Cale, se deve considerar um nome comum, como o provincianismo registado por Cândido de Figueiredo com o significado de «parte mais funda do rio, entre parcéis», e ainda utilizado pelo P.e Carvalho da Costa a propósito dos braços da ria de Aveiro, ou se é o elemento de uma língua mediterrânica pré-romana, que significava «rocha», «abrigo» ou «fortaleza», como prefere J. P. Machado. Mesmo que Cale, tenha alguma relação com o povo dos calaicos, um dos que habitavam a norte do rio Douro (cujo nome deu origem à Galécia), dificilmente se pode considerar como o principal centro dessa etnia. Armando Coelho da Silva (1994), por exemplo, sendo um dos defensores da relação de Cale com os calaicos, pensa que a metrópole deste povo não se localizaria no Porto, mas no castro de Vandoma, onde apareceram aras dedicadas a uma deusa chamada Calaicia. De toda a maneira, a Calaecia, nome étnico da região que ele supõe existir à sua volta, e que teria de um lado Madia (Maia) e do outro Anaecia (Entre os Rios), seria apenas uma pequeníssima parte da província romana que teve o mesmo nome. Cale, porém, segundo uma hipótese avançada pelo mesmo autor, teria sido escolhida como civitas pela administração romana, logo desde o século I, o que quer dizer que passou a ser sede das autoridades municipais com jurisdição sobre um território que ele supõe ir até ao Ave, a norte, e até ao baixo Tâmega, a leste.

Pouco importa em que época começou o Porto a exercer tais funções. É seguro que as desempenhava no século VI, já sob a dominação suévica, como importante fortificação militar e como sede de bispado. Era, portanto, um produto da colonização romana e mantinha uma relação ténue com o ordenamento étnico da região; ou seja, era uma entidade, por assim dizer, artificial, uma estrutura de poder, cujo predomínio sobre a respectiva área de influência ficou a dever-se ao seu carácter urbano, que nessa época já surge bastante bem marcado*. Este carácter permaneceu durante o resto da dominação* suévica e durante a administração visigótica que se lhe seguiu a partir de 585.

Não se sabe o que aconteceu durante a provavelmente breve ocupação islâmica, talvez entre 714 e 741. Supõe-se todavia, que ela tenha trazido uma grande desorganização territorial. Apesar disso, a memória das funções administrativa, religiosa e militar não se perdeu, porque Portucale foi um dos centros prioritários da reocupação decidida pela monarquia asturiana em 868, que aí fez! instalar a sede de um condado cuja direcção

confiou ao célebre conde Vímara Peres. É deveras significativo que o representante da autoridade régia tenha escolhido como sede esse lugar, e não Braga, a antiga capital da Galécia romana, a província a que o Porto pertencia,] nem Guimarães, o lugar onde residia. De facto, a posse] dessa civitas permitia controlar a principal via de acesso da Galécia, uma vez que se situava no ponto em que a mais importante estrada romana do ocidente peninsular cruzava o rio Douro.

A decisão deve ter tido motivações predominantemente militares. Embora os condes de Portucale residissem habitualmente em Guimarães, consideraram-se sempre como senhores do território que constituía o condado, e foi com esse nome que os escribas dos séculos IX a XII o designaram, como lugar de referência para todas as povoações e propriedades que se situavam dentro das suas fronteiras. De sede militar, portanto, o lugar tornou-se sede de representação do poder superior dos reis de Astúrias e consequentemente voltou a exercer funções administrativas como na época romana e visigótica. Ora, na Alta Idade Média, existiam designações territoriais de dois níveis: um de âmbito restrito que correspondia a pequenas áreas delimitadas por acidentes físicos, das dimensões, por exemplo, de um vale (os documentos medievais chamam-lhes «terra de...»); outro mais vasto, com uma extensão equivalente a uma diocese eclesiástica. Enquanto aqueles podem não incluir nenhum centro administrativo (embora possam estar sob o domínio de um «castro» ou lugar forte), estes constituem-se à volta de uma antiga civitas. Interessam-nos sobretudo estes últimos, porque o Porto nunca foi propriamente centro de uma «terra», no primeiro sentido, mas aparece inúmeras vezes nos documentos dessa época como capital de uma circunscrição mais vasta. Ora, cartografando as povoações que os documentos anteriores ao fim do século XI dizem estar dentro dele, verifica-se que há uma nítida tendência, registada já no século X, para o território de Portucale invadir regiões que pertenciam outrora às dioceses eclesiásticas de Braga, Lamego e Coimbra, cujos limites se conhecem aproximadamente. Referem-se, de facto, como pertencentes a esse território, lugares a norte do rio Ave, a leste do rio Paiva e em toda a área entre o Douro e o Vouga, que pertenciam respectivamente às dioceses de Braga, de Lamego e de Coimbra. Este fenómeno de expansão territorial explica-se principalmente devido à importância adquirida pelos condes de Portucale, descendentes de Vímara Peres, como representantes da monarquia asturiana e depois da leonesa. De facto, eles detinham o principal poder político a norte do Douro até ao rio Minho, em paralelo com os condes de Coimbra, descendentes de Hermenegildo Guterres, o repovoador desta cidade desde 878. Embora o território portugalense propriamente dito se limitasse à área entre Ave e Vouga, a ausência de outros condes em todo o resto da antiga Galécia, até ao rio Minho, fazia com que o primitivo

condado de Portucale excedesse de longe o âmbito da antiga civitas, e mesmo o do novo «território» que lhe sucedeu nos séculos X e XI. Esta distribuição de poderes sucedia, grosso modo, aos grandes blocos em que se tinham dividido as antigas províncias romanas, isto é, ao da Galécia, repartida entre os territórios ou convenius jurídicos de Lugo, de Astorga e de Braga, e ao da parte do conventus de Santarém (subdivisão da antiga província da Lusitânia) que já tinha sido recuperado pelos cristãos. Pode também admitir-se que o mesmo fenómeno se explique simultaneamente pela capacidade de expansão demográfica da população do Porto e das áreas circundantes. De facto, existem vários indícios convergentes que permitem admitir uma considerável densidade demográfica dessa região já desde o século X, e consequentemente a sua capacidade emigratória. Esta afirmação não se baseia em mera dedução apriorística; confirma-se por meio de vários indícios indirectos, embora concretos e bem documentados, que se podem verificar em obras especializadas.

A segunda fase da expansão do âmbito administrativo de Portucale dá-se com a sua atribuição ao conjunto territorial entregue ao conde D. Henrique por Afonso VI em 1096. Como se sabe, era constituído pelos territórios de Portucale e de Coimbra, mas recebeu apenas o nome do primeiro, sinal evidente da sua maior importância populacional e política. Este facto limitou-se inicialmente à esfera nominal. com efeito, no plano eclesiástico, a diocese de Coimbra opôs-se, embora sem resultados, à absorção do território de entre Douro e Vouga pela diocese do Porto até 1122; em 1253 o seu bispo ainda continuava a protestar por essa porção da sua diocese ter passado a pertencer definitivamente à diocese vizinha. Os monges e clérigos redactores do primeiro escrito histórico nacional, os *Annales Portucalenses Veteres*, que escreviam, um por volta de 1080, e outro cerca de 1122, nunca falam de Portugal como de um conjunto: distinguem nele sempre a «província portucalense», até ao Douro, e a civitas de Coimbra, com jurisdição para sul do mesmo rio, como duas unidades territoriais diferentes. Ao falarem da autoridade dos condes Henrique, Raimundo e Teresa ou mesmo do rei de Leão, muitos notários dos documentos da época diziam que eles governavam «Coimbra e Portucale», «desde o Minho até ao Tejo», «em Coimbra e em Portucale», «em Coimbra», etc., evitando, portanto, um termo único que designasse o conjunto do território. A dificuldade de conceber o território de Portugal como um todo vai muito para além da fundação do reino, pois encontram-se expressões que o definem como composto por várias unidades pelo menos até 1165.

Apesar disso, o destino político da expressão «Portugal» vai-se também afirmando desde cedo e com uma força cada vez maior. Já em 1098 um documento diz que o conde D. Henrique é «senhor de toda a província portucalense»; outro de 1102 considera-o

simplesmente «conde portugalense»; outro do mesmo ano diz «que obteve a província portugalense e as suas vizinhas, uma das quais é Viseu»; e em 1118 um quarto diploma chama a D. Teresa «rainha portugalense». Ora este movimento que manifesta a sobreposição do nome dado ao território a norte do Douro sobre o que antes se considerava pertencer a dois territórios diferentes triunfa quase por completo já desde 1128, quando Afonso Henriques assume a direcção do condado, pelo menos para os notários da chancelaria condal e depois régia. De facto, eles adoptam geralmente a fórmula «príncipe de toda a província portugalense» ou outra equivalente; e depois de tomar» título de rei, em 1139, chamam-lhe sistematicamente «rei dos portugalenses».

Estes usos mostram que, entre 1128 e 1165, se foi esquecendo a diferença entre os antigos condados di Portucale e de Coimbra. Só alguns clérigos mais eruditos se lembravam ainda que Portucale só ia antigamente até ao Douro, e por isso chamaram ainda «Lusitânia» ao território que estava a sul do mesmo rio. A partir desse período, todos os súbditos do rei de Portugal se chamam portugalenses ou portugueses mesmo os que nunca tinham visto o Porto. Esquece-se também que até aí Portucale era apenas o território entre o Douro e o Minho.

É por isso verdade que foi do Porto que «houve nome Portugal» (Crónica de 1419, na versão do manuscrito publicado por Magalhães Basto). Não pode deixar de se sublinhar o significado desta evolução semântica! Voltemos a apontar o contraste do nome de Portugal com o da maioria dos países europeus, visto que estes derivam, em geral, de nomes de povos. De facto, os portugalenses nunca foram propriamente um povo ou uma etnia, mas os súbditos de quem governava Portucale enquanto dependentes dos condes que sucederam a Vímara Peres, eram só os que viviam a norte do Douro e entre o Douro e o Vouga; depois, enquanto vassallos dos descendentes do conde D. Henrique, foram, além desses, também os que habitavam até ao Mondego; a seguir, enquanto sujeitos aos reis seguintes, desde Afonso Henriques, juntaram-se a eles os que eram naturais do território entre o Mondego e o Tejo; e finalmente, desde o tempo de Afonso II, foram também seus subordinados os que residiam entre o Tejo e a costa algarvia. Os vínculos étnicos entre estes diversos povos eram ténues ou inexistentes.

Portugal não teve origem, portanto, numa formação étnica, mas numa realidade político-administrativa. Dito por outras palavras, e em oposição a uma doutrina geralmente aceita durante o período nacionalista, Portugal começou por ser uma formação de tipo estatal; só muito lentamente acabou por se tornar uma Nação, percorrendo as fases que foram definidas na primeira parte deste trabalho. O Estado português foi agregando a si uma série de áreas territoriais com poucos vínculos entre si, com acentuadas diferenças

culturais e com condições de vida muito distintas. O que fez a sua unidade foi a continuidade de um poder político que dominou o conjunto de uma maneira firme e fortemente centralizada. A conclusão a que se chega ao examinar como evoluiu o nome de Portugal e a realidade a que ele se foi aplicando é perfeitamente coerente com a falta de unidade do País. Como veremos, existe nele, de facto, uma grande diversidade cultural, paisagística e histórica. Esta, por sua vez, coexiste com uma administração fortemente centralizada. Pergunta-se, mesmo, se um País tão diversificado como o nosso poderia ter subsistido sem esse vínculo político tão vigoroso. Seja como for, o Estado português não emerge de nenhuma formação étnica; Pelo contrário, ignora todas as etnias que o precederam e sobrepõe-se a elas como uma entidade política sem qualquer relação privilegiada com nenhuma delas. É verdade que «vem do Norte», e que, de um ponto de vista social, a aristocracia nortenha sempre exerceu nela uma influência determinante; mas o polo a partir do qual comandou efectivamente todo o território nacional e os meios de dominação que instalou a partir daí foram claramente modelados por soluções políticas originárias do Sul.

Esta conclusão confirma-se quando se examina a tese contrária, que procura a origem da nacionalidade em pretensos factores étnicos. Como todas as construções mentais essencialistas, procura a essência nas origens, a esta, por sua vez, só se pode buscar numa área territorial pré-existente à fundação do Estado. Embora as formulações fossem normalmente um tanto vagas, houve os autores que procuraram as origens nacionais no povo cujos principais representantes poderiam ser hoje os minhotos, os beirões ou os alentejanos. com nítida preferência pelos dois primeiros.

O pressuposto do privilégio concedido aos minhotos correspondia vagamente às teorias da origem gótica, suévica ou céltica dos «verdadeiros» portugueses. EM qualquer caso, uma origem nórdica, «europeia», de raças guerreiras e vencedoras. De maneira mais ou menos expressa identificava-se a pureza da nacionalidade com a aristocracia, pois se supunha que a nobreza portugalense descenderia em linha recta dos godos. ia-se buscar ao Nobilário do Conde D. Pedro ou à ideologia monárquica astur-leonesa e à sua expressão maior nas crónicas de Afonso X, o fundamento historiográfico dessa teoria. Chamava-se em seu auxílio a poderosa erudição científica de Sánchez Albornoz, que, apesar de exaltar uma imaginária democracia municipal, fazia dos castelhanos os verdadeiros sucessores dos visigodos. Os barões portugalenses, concentrados no Minho, seriam os sucessores portugueses dos godos. Oliveira Martins, porém, dava a preferência aos celtas. Parecia-lhe terem raízes célticas os nomes próprios de lugares, de pessoas e divindades da Lusitânia, e ser essa a origem do génio português no que ele tem, dizia, de «vago e fugitivo»; no

heroísmo lusitano, o que ele revela de «nobreza»; nas «nossas letras e no nosso pensamento, uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga», por oposição ao «carácter afirmativo», à «fúria», e aos caracteres específicos da civilização castelhana, que, ao contrário da portuguesa, seria «violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivar mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade». Daí o dualismo político peninsular. Daí a existência de duas nações ibéricas, tantas vezes antagónicas. Alguns autores da primeira metade deste século, baseando-se em dados mais reduzidos, sentiram-se fascinados pela hipótese da origem suévica. É verdade que esta tinha como quase único argumento a coincidência aproximada do âmbito territorial do reino dos suevos com o condado portugalense mais a Galiza. Mas este antecedente era sedutor. O P.e Gonzaga de Azevedo foi um dos seus adeptos. Sérgio da Silva Pinto tentou explorar o filão sem conseguir chegar a grandes conclusões. A tese beira das origens nacionais não tem antecedentes menos vagos. Remonta aos antiquários renascentistas, que procuraram no classicismo greco-romano os fundamentos das suas teorias. Os antepassados dos portugueses seriam, então, como também pensava Oliveira Martins, os lusitanos, mas sem a sua identificação com os celtas. O seu herói seria Viriato, e a resistência dos lusitanos à ocupação romana representaria a longínqua expressão da vigorosa luta nacional pela independência. Como se sabe, Herculano considerou a filiação dos portugueses nos lusitanos uma ideia fantasista e sem nenhum fundamento, mas substituiu-a por outra com pressupostos equivalentes, embora bastante mais complexa: o espírito nacional (o Volksgeist dos românticos) encontrar-se-ia propriamente nas comunidades concelhias, herdeiras directas dos municípios romanos, e estes teriam a sua expressão mais pura e mais completa nas comunidades da Beira. Os transmissores destas instituições seriam moçárabes, não enquanto transmissores de uma cultura árabe, alheia à Península, mas como aqueles que resistiram a trair o seu credo cristão e preservaram as tradições da organização municipal romana.

Com mais ou menos correcções ou atenuantes, a ideia permaneceu, por exemplo, em Torquato Soares, que numa das suas primeiras obras tentou reabilitar a tese de Herculano; este autor procurou depois conciliá-la com a de Sanchez Albornoz, acentuando a emigração moçárabe para o Norte e a sua influência na monarquia asturiana (como tinha feito, também, o próprio Herculano)! e finalmente acentuou a permanência territorial dos três «conventos» jurídicos da administração provincial romana e a sua influência na estruturação do ocidente peninsular. Através dos seus escritos, porém, perpassa sempre a ideia de um núcleo beirão.

Ao contrário das anteriores, a tese que prefere os alentejanos nunca teve grande prestígio. Quase ninguém] acreditou na sua energia, na sua capacidade guerreira ou na sua superioridade cultural. Sem isso, como poderiam! ter sido o cerne inspirador e condutor da epopeia marítima, da conquista do mundo, da resistência contra os povos invasores, da formação do Estado, da cruzada nacional contra o infiel? Não eram um pouco mouros? Mas foi precisamente esta proximidade dos alentejanos com os mouros que seduziu António Borges Coelho. Os legítimos herdeiros dos moçárabes não seriam os beirões, mas os alentejanos. Se a cultura erudita, letrada, política, dos portugueses tem origem no Norte, nos herdeiros dos godos e dos cruzados, a cultura popular conserva uma indomável componente tecnológica e mental de origem moçárabe, cuja resistência se manifesta na origem árabe de centenas de termos portugueses que designam os instrumentos, as práticas e as actividades pecuárias, artesanais e piscatórias mais típicas do povo português. Ora o que verdadeiramente representa o povo português não é a classe dominante, minoritária, pronta a aliar-se ao estrangeiro, gananciosa e exploradora, mas o povo, reservatório da pureza do espírito nacional, maioritário e trabalhador. Recuperava, afinal, uma tese esquecida de Teófilo Braga que, em *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885), invertendo a tese de Herculano que fazia dos moçárabes os herdeiros do municipalismo romano e os cristãos resistentes à dominação islâmica, considerava sobretudo o mesmo grupo social como herdeiro e transmissor das tradições árabes. Teófilo filiava na origem moçárabe «a persistência do lirismo tradicional» e atribuía à sociedade árabe «a base mais fecunda sobre que se constituiu esta pequena nacionalidade». Não é preciso insistir muito sobre a falta de fundamento e sobretudo sobre a unilateralidade de todas estas teorias. A teoria céltica, baseia-se em fantasiosos caracteres comportamentais cujo fundamento é imaginário. A tese goda deriva do mito da origem rácica da aristocracia, igualmente sem qualquer base objectiva. A tese moçárabe ficou para sempre afectada pela demonstração, feita por Sánchez Albornoz, do completo dismantelamento das instituições municipais romanas; a organização concelhia é, de facto, um fenómeno típico da Meseta, não é exclusiva de Portugal nem tem uma componente moçárabe mais importante do que as de outras origens. O que vimos mais acima acerca da maneira como se estendeu a todo o território actualmente português! nome que inicialmente designava a civitas do Porto favorece muito estas teorias. O processo que está na base desse fenómeno só se pode explicar em virtude do seu carácter administrativo, político e estatal. Não tem uma base étnica nem cultural. Tal como o próprio fenómeno da nacionalidade. De facto, não existe nenhuma realidade étnica ou do âmbito da cultura popular com uma expressão

propriamente nacional (isto é, que se verifique em todo o território português) senão a identidade da língua. Todos os outros são de âmbito regional

O FIM DO SÉCULO

Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, sobre a situação da Pátria em 1890.

O poder político e as regiões

Basta comparar estas teorias com os nomes que designam as províncias do País para confirmar o carácter nitidamente político da formação nacional. Com efeito também nenhum deles tem nada que ver com antecedentes étnicos. Todos pressupõem uma administração central, uma característica política da região em causa numa época determinante da sua individualização ou os seus limites físicos. Basta percorrê-los rapidamente um por um para o verificar. Duas regiões tiram os seus nomes de termos que significavam outrora a fronteira: a Estremadura e a Beira. A primeira situou-se outrora na região dos combates com os Mouros; a segunda refere-se à fronteira com o reino de Leão e Castela, por um termo que originariamente designava apenas um dos seus limites e que depois se estendeu a todo o entre Douro e Tejo, exceptuando a Estremadura. Dois outros nomes mostram claramente que foram dados por estranhos à própria região, ou seja pela entidade administrativa central: Trás-osMontes e Alentejo. Justificam-se pelo ponto de vista de quem se situa no centro do País; foram de tal modo interiorizados pelos autóctones que estes adoptaram a designação apesar de nem uns nem outros poderem ter inventado esse nome para si mesmos; não exprime nenhuma identidade. O Algarve perpetua igualmente uma palavra árabe que só tem sentido para quem o olhe de fora, do lado do Mediterrâneo, visto que significa «ocidente». Enfim, o Minho nomeia actualmente, da forma abreviada, uma região que antes se chamava, com mais propriedade Entre-Douro-e-Minho, tomando, pois como referentes dois cursos de água, como se fosse habitada por povos sem nome ou sem que entre eles houvesse um que fosse dominante. O que dizemos de Entre-Douro-e-Minho pode, afinal ser verdadeiro para todo o território nacional. O poder político ignorou sempre os povos que viviam nos territórios onde acabou por dominar. De facto, creio que não podemos deixar de considerar o todo nacional como um mosaico de povos, dentre os quais nenhum emerge como o mais importante da área que depois se tornou o território português. Imaginemos a situação existente à data do princípio da dominação romana. Havia então uma grande quantidade de pequenas formações étnicas praticamente sem vínculos políticos entre si, que anteriormente se tinham, por vezes, associado para resistir à ocupação romana, mas que, a partir de então, foram perdendo lentamente a sua independência efectiva. O fenómeno prevaiente é o da colonização dos povos

submetidos por uma minoria ocupante, que rapidamente consegue captar a submissão e a colaboração de alguns sectores da população dominada. Mas a assimilação dos costumes, da língua e das instituições latinas é mais completa a sul do que a norte. A norte do Douro, a romanização reduz-se a pouco mais do que às cidades. Com o desmantelamento do Império e a desorganização do que restava da administração local trazida pelos povos invasores - suevos e visigodos -, o verniz de colonização romana caiu mais depressa a norte do que a sul. As afinidades locais provavelmente restabeleceram-se. Mas o prestígio da cultura latina não desapareceu, mesmo no Norte. Foi ainda suficiente para inspirar os clérigos do tempo de S. Martinho de Dume (ou talvez já do tempo de Prisciliano) que ensinaram aos povos do Norte os nomes eclesiásticos dos dias da semana, isto é, que lhes transmitiram a língua quotidiana, embora já numa fase em que o Cristianismo conseguia fazer esquecer os nomes dos deuses invocados em cada dia da semana para os substituir por outras designações. É o indício seguro de que a latinização dos meios rurais portugueses só se pode ter dado depois do fim do século IV. Mas a ausência de forças políticas com uma capacidade assimiladora comparável à da administração romana favoreceu a emergência de pequenos poderes locais que representavam um compromisso entre as tradições pré-romanas e uma imitação fruste dos modelos latinos. Em todo o caso, uma rede de autarcias de âmbito reduzido, vagamente controladas, primeiro pela monarquia suévica, depois pela monarquia visigótica, a seguir por alguns destacamentos de guerreiros muçulmanos. Mas nenhuma destas formações políticas pode ser comparada com as monarquias medievais e muito menos com os Estados modernos. Não passavam de chefes militares cujos soldados exerciam também alguns poderes públicos. Quando os primeiros ocupantes muçulmanos abandonaram a Galécia, até isso deixou de existir. Mesmo a sul do Douro, onde a cultura latina se ia intensificando à medida que se progredia em direcção ao Mediterrâneo os poderes eram vagos e a própria administração árabe que lhe sucedeu intervinha pouco sobre a vida das populações, sobretudo em áreas rurais.

É difícil reconstituir em que condições se deu a transição desta situação de grande fragmentação dos poderes locais, da completa ausência de poderes regionais, e da superficialidade, ou mesmo da total ausência (no caso da Galécia, entre meados do século VIII e meados do século IX) de poderes administrativos de nível superior, para a progressiva implantação de uma autoridade com alguma coerência política. A partir do fim do século IX começamos a dispor de alguns dados para poder acompanhar o processo da organização territorial; as informações documentais vão-se depois tornando mais completas, sobretudo a partir do século XII, quando a monarquia já estava constituída e se podem seguir os passos da implantação dos seus instrumentos administrativos. Mas o

conhecimento da maneira como se passou da fragmentação primitiva para o ordenamento territorial presidido pela coroa portuguesa é muito incompleto em algumas regiões.

Em termos gerais, é provável que a influência dos delegados régios da monarquia astur-leonesa sobre a vida das comunidades locais e regionais tenha sido muito superficial até ao século XI. O que dissemos até aqui mostra que, durante essa época, a transmissão de práticas de cultura e de civilização se deu, praticamente, sem suporte político. O apoio de poderes constituídos e dotados de alguma continuidade só se pode confirmar a partir do longo período em que se começou a estabelecer a rede da organização senhorial, durante o século XI. Os senhores apropriaram-se de poderes públicos segundo o modelo inspirado na autoridade exercida pelos condes, como delegados da monarquia, mas em áreas territoriais reduzidas, como os vales outrora dependentes de um castro, e numa ligação bastante íntima com as populações sobre que exerciam prerrogativas judiciais, militares e fiscais. A transmissão da autoridade senhorial por via hereditária assegurou alguma estabilidade na constituição (ou reconstituição) de «terras» da dimensão de julgados medievais, mas as vicissitudes das partilhas e casamentos levou a que se verificassem também numerosas agregações ou fragmentações de «terras». Este sistema, que explica uma certa continuidade da rede territorial no Minho e Vouga, não tende de modo algum para a formação ou a reconstituição de unidades territoriais mais vastas, como seriam as antigas civitates ou dioceses. O que predomina, portanto, é a fragmentação administrativa e a falta de suporte político para a transmissão de práticas culturais e para as tradições a nível supra local.

Noutras regiões, o regime senhorial implanta-se mais tarde, como acontece em Trás-os-Montes, no Douro e na Beira Setentrional, ou mal chega mesmo a aparecer antes do século XIII, como na maior parte do território de organização concelhia (ou seja a sul do Mondego). O sistema das comunidades autónomas, constituídas ou não formalmente como concelhos, predomina, portanto, fora do Minho, até ao século XII, e deixa depois as suas marcas, por vezes até aos dias de hoje, como acontece sobretudo em Trás-os-Montes. Na Beira Setentrional a persistência de combates de fronteira até ao século XIII levou à fundação de concelhos com sedes de tipo aglomerado e protegidas por muralhas, dominadas por colectividades de cavaleiros vilãos, sem privilégios senhoriais individuais, e por isso mesmo com um forte espírito de solidariedade. A predominância da pecuária contribuiu para que os habitantes da região se habituassem à viagem e às deslocações, mas o espírito de independência de cada comunidade levou à fragmentação dos concelhos em pequenas unidades, desde o momento em que até as aldeias se constituíam como «vilas», quando cessou a guerra endémica nas suas fronteiras mais próximas. Na Beira Alta, os

concelhos são frequentemente de dimensões territoriais verdadeiramente minúsculas. Na prática, portanto, e apesar de as bases serem diferentes, a pulverização do território, foi a regra mais comum: no Minho em virtude da proliferação senhorial; e no resto do Norte devido à fragmentação concelhia. Por conseguinte, repetem-se por toda a parte os condicionalismos de ausência de suporte político para a criação de tradições regionais e para a formação de uma cultura supra local. É possível que as condições peculiares do Centro e Sul, em que perdurou mais tempo o domínio islâmico, tivessem dado resultados diferentes. Os estudos sobre os meios rurais nessas áreas, não têm, porém, permitido esclarecer suficientemente esta questão.

Desaparecidos os dois condados de Portucale e de Coimbra desde o século XI, a única entidade política de carácter regional virá a ser o Condado Portucaleense! desde 1096. O facto de este se ter alargado constantemente sem incorporar entidades com uma organização regional própria fez com que passasse a presidir, desde 1249, a um conjunto bastante diferenciado de territórios, mas nenhum deles dotado de qualquer estrutura de tipo político.

Daí o carácter difuso e até descontínuo dos costumes e tradições. Estas só preservaram a unidade que lhe foi dada pelas áreas de circulação de usos e costumes impostas pelas unidades geográficas, sem nenhum suporte administrativo. Inicialmente ofereceram pouca resistência à cultura poderosa e prestigiada do dominador romano; por isso, as instituições latinas conjugaram-se com elas em doses mais ou menos variadas, conforme a proximidade dos centros urbanos e o grau de influência que estes exerceram sobre o seu âmbito rural. Depois, a série de vicissitudes que acabamos de recordar manteve a ausência de factores aglutinadores de nível regional, até à constituição da monarquia portuguesa, que se situa a um nível superior. Compreende-se, assim, que se possam distinguir as tradições transmontanas das minhotas, das beiras ou das estremanhas, mas que seja difícil defini-las de maneira coerente e verdadeiramente diferenciada. Todavia, dentre elas podemos distinguir as que parecem dotadas de maior unidade ou de um carácter mais forte do que outras. De facto, é o que acontece com as transmontanas, minhotas, alentejanas e algarvias por oposição às beiras e estremanhas. Ou melhor, os costumes beirãos têm uma certa unidade nas áreas de montanha, mas perdem-na fora dela. A Estremadura caracteriza-se justamente pela sua grande diversidade numa área reduzida. As outras províncias possuem uma peculiaridade mais marcada. As características dominantes de cada região cultural, porém, não se traduzem em nenhum comportamento histórico peculiar. Este só se pode observar ao nível das grandes áreas territoriais portuguesas, sobretudo quando se consideram do ponto de vista da oposição entre Norte e Sul, o que

vem confirmar o carácter estrutural desta repartição. Resumindo investigações históricas especializadas, pode-se observar que o «Norte Atlântico» é o País senhorial e feudal, o alfofre da nobreza medieval, o viveiro da nobreza portuguesa em todos os tempos, ao passo que o «Norte Interior» é o cadinho onde se formou o espírito municipalista a partir dos concelhos amuralhados do tempo da Reconquista. Quanto ao «Sul Mediterrânico» é a área onde desde sempre se manteve a tradição de uma economia urbana e da sua pesada predominância sobre a economia rural. Se o Norte Atlântico forneceu ao País o modelo da repartição social que predominou em toda a sua história até ao fim do século XIX, o Norte Interior ofereceu-lhe o modelo de organização municipal depois exportado para todo o resto do País com a ajuda do Estado, e o Sul proporcionou-lhe o modelo urbano a partir do qual se desenvolveu uma economia de nível nacional, igualmente com ajuda do Estado, que sempre se fortaleceu mais na utilização dos recursos materiais e de processos de dominação de tipo urbano do que dos correspondentes recursos agrícolas. As tensões entre Norte e Sul, que nunca deixaram de se manifestar até aos nossos dias (há quem pense que a simbiose económica e mental entre estas duas áreas nunca se conseguiu realizar devidamente), tornaram-se a base das oposições regionais, por exemplo nas Guerras Cívicas de 1245-1248, de 1319-1324 e de 1383-1385, e tiveram também manifestações (mal observadas pela historiografia tradicional) no período das Lutas Liberais, na Patuleia e, já no século actual, depois de 1910, com as tentativas de restauração da Monarquia. As tensões entre um Norte tradicionalista e conservador e um Sul progressista e inovador tornaram-se evidentes nos resultados das eleições democráticas desde 1974 e continuam a manifestar-se na repartição dos partidos políticos, na maior ou menor intensidade da prática da religiosidade, nas rivalidades clubísticas, nos diversos tipos de estruturas familiares e nos fenómenos linguísticos. O Estado português, de tendência persistentemente autocrático, sempre procurou ignorar ou ocultar esta divisão, nomeadamente em tempos mais recentes, mas ela é uma realidade incontornável.

Todavia, pelo menos desde que se verificou uma certa industrialização das principais cidades do Litoral, a oposição, irredutível ou não, entre o Norte e o Sul começou a perder importância face à oposição progressivamente acentuada entre o Litoral e o Interior a que já anteriormente fizemos alusão. Além disso, a transferência populacional do campo para a cidade acabou por atenuar o secular domínio demográfico do Norte, para, pela primeira vez na história portuguesa, começar a inverter a balança demográfica em favor do Sul (ou melhor, do Centro a sul do Mondego), o que se verificou nos anos mais recentes. Esta oposição entre o Litoral e o Interior, e a inferioridade deste em relação àquele, que foram

tendências dominantes desde sempre no panorama nacional, em vez de se atenuarem com algumas tentativas de desenvolvimento do Interior, não têm cessado de se acentuar.

Não se sabe se os recentes melhoramentos das comunicações com o Interior, devido ao traçado dos vários Itinerários Principais, e a criação de pólos do ensino superior (público ou privado) em todas as capitais de distrito e mesmo noutros centros urbanos, contribuirão, de facto, para distribuir melhor a repartição dos recursos nacionais. Também não se sabe se, no caso de se verificar uma efectiva descentralização política, com a criação de regiões dotadas de uma verdadeira autonomia administrativa, se caminhará para um maior desenvolvimento do Interior. A verdade, porém, é que a criação de oportunidades iguais para todos os Portugueses aparece como um corolário obrigatório da democratização do País e como um objectivo que nenhum governo nem nenhum partido político, sinceramente ou não, pode deixar de proclamar como prioritário, quaisquer que sejam os caminhos propostos para o atingir. Aparentemente, o desenvolvimento do processo de urbanização deveria contribuir para uniformizar o grau de desenvolvimento ou ao menos para atenuar as diferenças mais acentuadas. A ser assim tender-se-ia também para uma uniformização cultural. As diferenças regionais de tipo cultural fundamentalmente baseadas na vida agrícola, tenderiam a esbater-se. Não sabemos, portanto, qual será o futuro das regiões portuguesas. A verdade, porém, é que as tradições culturais têm uma enorme capacidade de adaptação, e que a permanência das mesmas condições territoriais orienta a evolução cultural de cada região em sentido próprio, apesar da inevitável uniformização urbana.

O que vimos até aqui sobre a fragmentação étnica, sob a pulverização dos poderes locais, fossem de origem senhorial ou concelhia, sobre a debilidade da cultura popular perante a cultura letrada, mostra, em todos os níveis e em todos os sectores, uma influência reduzida dos poderes constituídos sobre a formação das identidades regionais, mas enorme sobre a formação de uma identidade comum, em qualquer ponto do espaço nacional. Ou, mais precisamente ainda, o enorme peso do poder político representado pelo Estado e apoiado pelas forças económicas, sociais e culturais dominantes sobre todas as manifestações da identidade nacional. O que cria e sustenta a identidade portuguesa

é, de facto, o Estado. Por isso, o processo de eclosão da consciência nacional é tão lento e a sua expressão popular tão tardia. Não desce a todos os níveis e sectores da população portuguesa senão depois de o Estado se formar, se centralizar, se fortalecer e acabar por obter o monopólio completo do poder público, nos séculos XIX e XX.

Outro fenómeno que confirma a influência determinante do fenómeno político sobre a formação da consciência nacional é o facto de esta aparecer independentemente de

qualquer sentimento de pertença territorial de outro nível (nomeadamente de nível regional). Com efeito, não existe qualquer relação de continuidade entre a consciência de pertença a uma determinada região ou família étnica e a condição de português (ao contrário do que acontece com as nações modernas derivadas, por exemplo, de povos germânicos ou eslavos, onde se verifica uma continuidade entre as formações étnicas e a sua expressão política moderna). Ser português começou por ser o mesmo que vassalo do rei de Portugal, e não por se pertencer a um determinado povo.

Alegoria à República.

Configuração do poder político e a sua relação com as forças sociais

Estes factos levam, desde logo, a considerar com desconfiança as tentativas de definição essencialista ou mesmo comportamental da identidade portuguesa. Mas não excluem a constituição de formas peculiares que caracterizam a sociedade portuguesa. Embora de natureza equívoca e discutível quando se tentam definir em termos de psicologia social, parecem susceptíveis de objectivação suficientemente rigorosa (embora eventualmente de medição e de interpretação problemáticas) quando se consideram do ponto de vista das ciências sociais. Mas a sua configuração parece depender, em boa parte, das formas peculiares que a distribuição e o exercício do Poder, por razões históricas, adquiriram em Portugal. Começemos, portanto, por examinar a questão Poder, em complemento do que sobre ele se disse mais acima a propósito das regiões. De uma maneira geral, verificámos que a total ausência ou a debilidade do poder político desde as invasões muçulmanas até à formação da monarquia portuguesa propiciou uma grande fragmentação do território. A constituição de poderes locais de pequena dimensão, como os senhorios e os concelhos, alguns deles de áreas muito exíguas, sem nenhum vínculo regional, nem sequer das dimensões das antigas civitates ou das dioceses eclesiásticas, permitiu à monarquia fortalecer-se quase sem oposição. Este facto não obsta a que o rei fosse apenas, durante o século XII, um senhor mais forte do que os outros, e com maior capacidade guerreira, pouco mais representando do que *umprimus inter pares*. Com efeito, nessa época não havia uma consciência clara da especificidade dos seus poderes próprios. Mas a partir do fim do século XII começa, a pouco e pouco, a formar-se uma ideia acerca das suas prerrogativas. O rei Afonso II (1211-1223) surge como dotado de uma extraordinária precocidade neste ponto, mesmo em relação com o panorama peninsular e europeu. Mas a sua tentativa de criar uma monarquia efectivamente senhora da autoridade suprema nos seus domínios suscitou uma forte reacção por parte da alta nobreza senhorial e de alguns bispos. Depois de um período de quase anarquia política, durante os anos seguintes, o novo rei, Afonso III (1248-1279), foi criando, com perspicácia, maleabilidade e persistência, os instrumentos de uma monarquia efectivamente centralizada e capaz de intervir em todos os pontos do território. A nobreza, enfraquecida pela multiplicação de

ramos secundários e pela extinção da linha varonil nas casas mais poderosas, submeteu-se sem dificuldade, contentando-se em beneficiar das vantagens do apoio dado à coroa, no caso dos vassallos régios próximos da corte, e em exercer os poderes senhoriais em coutos e honras de dimensões reduzidas. O triunfo da monarquia na época de D. Dinis (1279-1325) foi quase total.

Entretanto, o rei foi também criando os instrumentos do controlo sobre os concelhos e criando neles o sentimento de dever de fidelidade. Como a maior parte do País adoptou uma organização concelhia, a nobreza senhorial, que, em princípio, não podia exercer os seus privilégios dentro dos territórios municipais, quase só pôde implantar-se fora da sua área de origem (o Entre-Douro-e-Minho) com o apoio da própria coroa. Tornou-se assim praticamente impossível a formação de casas senhoriais com poderes capazes de concorrerem com os do rei. Por outro lado, a ausência de concelhos de grandes dimensões e a sua frequente fragmentação impediu também a constituição de poderes urbanos com dimensões suficientes para contestar a autoridade régia.

Durante o reinado de D. Fernando, aumentaram os favores da coroa a um certo sector da nobreza e esboçou-se a constituição de casas aristocráticas de maiores dimensões. As condições políticas que lhes eram favoráveis alteraram-se, porém, com a Revolução de 1383. com D. João I, a nova dinastia retomou a estratégia da concentração de poderes, para depois voltar a permitir o engrandecimento de algumas casas nobres, com D. Afonso V. Mas D. João II inverteu de novo esta tendência. Nos reinados seguintes, com as inevitáveis variantes e com ritmos diferentes, conforme a personalidade dos soberanos e as correntes políticas dominantes, a supremacia do Estado continuou a aumentar. Como em todas as monarquias modernas, verificou-se a monopolização progressiva dos poderes Públicos pelo Estado e a centralização e a burocratização das suas funções administrativas.

Este panorama muito genérico, e até um tanto grosseiro, não deve fazer esquecer que o fortalecimento do Estado teve reflexos desiguais a nível regional. Assim, a implantação do sistema judicial não impediu que muitas das magistraturas locais, sobretudo nos lugares mais afastados da corte, refractárias à racionalização do Direito, continuassem a seguir os costumes tradicionais e nem sempre respeitassem a hierarquia judicial. É de supor que o braço dos funcionários régios chegasse mais dificilmente a povoações do Interior do que às cidades. Além disso, a formação progressiva do Estado moderno não impediu a persistência de pequenos potentados ou até de oligarquias locais, embora estas fossem normalmente de dimensões e de capacidades reduzidas, em comparação com o todo nacional, mesmo quando eram capazes de exercer poderes praticamente discricionários a nível local. De resto, o prolongamento de funções transmitidas por via hereditária, como

por exemplo certas alcaidarias, vinha agravar o sistema de compromisso entre a supremacia do poder régio e a partilha de poderes locais, que, apesar de efectivos, não chegavam a constituir concorrência de maior para a autoridade da coroa. Como seria de esperar, a efectividade de tais poderes verifica-se mais na periferia do que no centro, mais no Interior do que no Litoral. Acresce que, apesar do progressivo fortalecimento do Estado e da relativa debilidade das casas senhoriais, se verificou um efectivo domínio da aristocracia fundiária em muitas áreas regionais. A partilha do poder local entre funcionários régios autoridades municipais, agentes senhoriais de senhorios linhagísticos ou de senhorios colectivos (do clero ou das ordens militares), faz-se, pois, em doses e composições muito variadas; mas a regra geral permanece válida: a eficácia do poder régio é maior no Centro e no Litoral do que na periferia e no Interior.

Por outro lado, o fortalecimento da Monarquia também se vai fazendo com o apoio da nobreza e do clero, na medida em que ela administra em seu próprio favor a concessão de benefícios, privilégios e mercês, que contribuem para partilhar alguns poderes, mas sempre sob o controlo do soberano. De facto, em várias ocasiões o rei soube fazer confiscações de grandes casas para demonstrar a sua força. A capacidade de distribuir favores que a Coroa portuguesa sempre conseguiu preservar, dotou-a, por outro lado, de um enorme fascínio, levando os nobres que os pretendiam a aproximar-se o mais possível da corte. Este fenómeno fez com que, mesmo os nobres mais poderosos nas suas honras e solares de província, procurassem casas e domínios na Estremadura ou no Ribatejo setentrional e preferissem viver perto da corte, deixando os seus palacetes rurais vazios durante muito tempo ou frequentando pouco os lugares onde dominavam sem contestação. Este panorama deve-se completar traçando em linhas esquemáticas o perfil de uma burguesia mercantil e cidadina que exerceu, por vezes, um papel importante a nível nacional, como se verificou, por exemplo, na Revolução de 1383 e na colaboração com a Coroa no comércio ultramarino durante toda a época moderna. Parece, porém, ter havido sempre uma quase incapacidade de formação de grandes famílias comerciantes ou de empresas mercantis suficientemente poderosas e duradouras. De facto, a burguesia portuguesa sofria a concorrência simultânea dos mercadores estrangeiros, que dominavam uma parte do comércio marítimo e das exportações; da Coroa, que monopolizava a supervisão do comércio de especiarias e dos metais preciosos; e ainda, pelo menos nos séculos XV e XVI, dos «fidalgos-mercadores», que não consideravam a sua condição aristocrática como obstáculo à participação em negócios lucrativos. Esta situação parece ter impedido a acumulação dos poderes económicos por parte de pessoas que não pertencessem ao clero nem à nobreza e tornava o exercício de tais actividades fortemente

dependente da coroa. O rei utilizava, evidentemente, uma grande! quantidade de indivíduos não nobres no controlo das! operações comerciais que dirigia; mas como dependentes, sem autonomia, e sempre sujeitos à burocracia' régia. Só a partir de meados do século XVI se começou a entregar o transporte marítimo das especiarias a particulares, por meio de contratos. Como é evidente, esta concessão não os fazia participar propriamente nos lucros comerciais, que continuaram a pertencer à Coroa até ao fim da segunda dinastia. Por outro lado, se alguma verdade há na tese defendida por António José Saraiva acerca do papel da Inquisição, como instância que, na prática, serviu para o desmantelamento ou pelo menos a debilidade do sector mercantil e financeiro, este factor viria agravar ainda mais a dificuldade de formação de uma burguesia portuguesa. Enfim, os modelos sociais também não a favoreciam de modo algum, O ideal, para quem tinha algum poder económico, era tornar-se fidalgo. A via de acesso era mais fácil por meio dos cargos de governança municipal ou dos oficiais régios, por intermédio dos quais se conseguiam, por vezes, cartas de nobreza. O que também acentua a estrita dependência da Coroa. Esta correlação de forças económicas, sociais e políticas tem provavelmente uma influência determinante sobre um dos fenómenos mais evidentes de toda a História portuguesa até meados do século XX: a limitada influência da economia urbana sobre o desenvolvimento do País, apesar de o poder político estar tão ligado às cidades. O peso do Estado na configuração da economia atrai a formação de vastos grupos clientelares constituídos não só por funcionários, mas também por cortesãos e por fidalgos, cuja fidelidade é paga e mantida por um complexo regime de concessões de mercês e de privilégios. A alta nobreza, apesar de cultivar, por vezes, uma tradição de rivalidade e de autonomia para com o rei, não é menos dependente dele do que as suas camadas inferiores. A importância da Igreja na relação de forças económicas também é grande: embora igualmente dependente da Monarquia, mas em menor grau do que a aristocracia, o clero distribui cargos e sustento, mais por razões de controlo do corpo social e de prestígio (o prestígio barroco) do que por razões pastorais. Tal como a nobreza, sofre o irresistível fascínio da corte régia. Enfim, a íntima relação da monarquia com uma economia mercantil e urbana conduz à enorme importância de Lisboa no conjunto do País, mas, em tudo o mais, a sociedade portuguesa mantém-se como uma sociedade típica do «Antigo Regime». Um dos seus indícios é a reduzida dimensão de todas as cidades portuguesas com excepção de Lisboa. Com efeito, em 1527, Lisboa tem mais de 130.000 habitantes, mas a cidade que se segue no cômputo da população é o Porto, com pouco mais de 3.000. E a seguir há apenas dez cidades com mais de 1.000 habitantes (Guimarães, Santarém, Coimbra, Elvas, Portalegre, Setúbal, Beja, Olivença, Tavira e Lagos), de entre as quais se destaca apenas Évora com mais de 2.000. Mas a desproporção

entre Lisboa e os outros centros urbanos portugueses já vinha de trás: já se podia notar por volta de 1290, como se depreende do número de notários que nela existia. Ou seja, a «macrocefalia» de Lisboa foi um fenómeno de sempre. A concentração do comércio ultramarino em Lisboa durante toda a época moderna não fez mais do que acentuá-lo. Como é evidente, a situação do campesinato não era melhor do que a da burguesia citadina. Em princípio nada impedia, desde o princípio da monarquia, a acumulação de fortunas de grandes proprietários rurais não nobres. Os homens bons dos concelhos eram normalmente terratenentes e aliavam o poder fundiário com o poder político, a nível local. Mas a fixação de senhorios nobres ou eclesiásticos ou de reguengos (domínios da coroa) nas melhores terras do reino constituiu, na prática, um obstáculo de monta à formação de uma burguesia fundiária suficientemente poderosa para poder concorrer com os senhores nobres e eclesiásticos. Para ela ficaram apenas as terras pobres do Interior a norte do Tejo. Mesmo as propriedades de grande extensão, como as que se constituíram no Alentejo, no Ribatejo e na Beira Baixa, pertenciam, na sua grande maioria, às Ordens Militares; vieram a ser transformadas em comendas, mas desde que as Ordens passaram a ser administradas pelo soberano, serviram sobretudo como forma de recompensar servidores fiéis, geralmente da pequena ou média nobreza. Por outro lado, o ideal de qualquer indivíduo que conseguia alcançar fortuna suficiente para sonhar com melhor posição social, era obter o estatuto de fidalgo. Como vimos, podia, por vezes, consegui-lo por meio da obtenção de um cargo na governança da terra ou de um posto de oficial régio. Assim, tudo o que realmente tinha verdadeira importância económica ou social dependia, em última análise, da Coroa. Este facto provocava, na prática, a formação de grandes redes clientelares, tanto de funcionários como de vassalos, e a ausência de poderes verdadeiramente concorrentes. Como o meio de conquistar um lugar ao sol dependia principalmente do favor do soberano, e este se movia mais pelo critério da fidelidade do que do mérito, o sistema não favorecia a iniciativa privada nem o investimento em actividades produtivas. Ora este fenómeno parece ter criado uma inércia tal, que o Liberalismo, suprimindo embora os privilégios da nobreza, nacionalizando os bens das ordens religiosas, reduzindo os poderes do clero, coarctando a autoridade do monarca, tentando promover a burguesia, não conseguiu muito mais do que formar uma nova aristocracia. As elites cultas que então se constituíram ganharam voz, clamaram desesperadamente pelas mudanças radicais, sem conseguirem mais do que a generalização de um sentimento de incapacidade para construir uma sociedade mais activa e empreendedora. Comparando as dificuldades do presente com a glória passada, que Camões e os cronistas da época moderna haviam exaltado com tanto entusiasmo, só podiam compreender a diferença entre ela e o presente através do

conceito de «decadência». Ao proporem a imitação dos países europeus mais desenvolvidos, acentuaram a consciência de uma outra diferença, a que separava Portugal dos outros países da Europa, mas em pouco contribuíram para a diminuírem efectivamente. A estreiteza do sector intelectual português face ao conjunto da população e a sua reduzida influência social, juntamente com a sua enorme distância para com uma massa popular com níveis de instrução muito baixos acentuaram ainda mais os sentimentos de pessimismo.

Este foi combatido em alguns sectores minoritários por tentativas, quase sempre descoordenadas, de desenvolvimento em que se procurava seguir os modelos europeus, mesmo os mais modernos, ou noutros sectores, também minoritários, mas de pendor mais ideológico, por tentativas para demonstrar que «Portugal não é um País pequeno», que a culpa da decadência residia no abandono da tradição e que o regresso a esta libertaria de novo todas as energias adormecidas. A favor ou contra a modernidade, os intelectuais portugueses, desde a segunda metade do século XIX até depois dos anos 50 deste século, foram quase sempre obcecados pela ideia da «decadência», ou, mais tarde, pelo que veio a chamar-se o «atraso económico português». Os mais influentes consagraram-se a uma aturada reflexão sobre as suas causas, sobre a sua efectiva realidade e sobre a maneira de a ultrapassar. Como se sabe, esta obsessão ramificou-se em tentativas de valorização da «saúde», do «sebastianismo» e de outras espécies ainda mais exaltadas de messianismo, ou em movimentos como o Integralismo Lusitano, a Renascença Portuguesa, e, em sentido oposto, a Seara Nova. Eduardo Lourenço analisa magistralmente o fenómeno no seu *Labirinto da Saudade*.

A verdade é que as tentativas feitas desde essa altura para seguir o exemplo dos países que iam progredindo mais rapidamente na via da industrialização esbarraram sempre com uma efectiva incapacidade para conseguir a modernização económica e social do País. Alguns dos progressos alcançados no século XIX e no princípio do século XX deram lugar depois à estagnação generalizada que se seguiu durante o regime do Estado Novo e *que se* pode medir através dos indicadores de desenvolvimento que mostram o progressivo afastamento em relação aos países industrializados. Foi preciso esperar pelos anos 50 do nosso século para que a inércia de uma economia e de uma sociedade periférica, como a nossa foi até então, desse lugar a estruturas mais próximas dos modelos europeus.

Portugal num cartaz do Secretariado de Propaganda Nacional para a Exposição de Paris de 1937.

Identidade sociológica

Seria demasiada pretensão tentar analisar aqui em que pontos é que as transformações políticas trazidas pelo Liberalismo, a República, o Estado Novo ou a Democracia acarretaram alterações económicas e sociais, ou vice-versa, e quais as suas incidências sobre a identidade portuguesa. Tem sido um exercício muitas vezes feito, com maior ou menor fundamento, mas no qual é obviamente difícil encontrar consensos. Peguemos, pois, noutra «ponta» do problema, e procuremos descobrir nos «discursos» sobre a identidade portuguesa o que se pode encontrar de verdadeiramente fundamentado. Se o critério é a objectividade, teremos de excluir, desde logo, as teorias míticas e messiânicas, tão insistentes e tão carregadas de emotividade, acerca do destino universal do povo português, do seu insondável «mistério» e da sua irredutível originalidade. Vários autores explicaram a sua existência e o seu constante reaparecimento sob formas diversas, desde o sebastianismo até à «filosofia portuguesa», pelo facto de em Portugal se verificar a constante reprodução de elites culturais de formação literária, reduzidas em número de membros, mas afastadas das áreas de decisão da política educacional e cultural, e mais afastadas ainda do povo, olhado de maneira paternalista ou então considerado rude, ignaro e irremediavelmente atrasado. Para Boaventura de Sousa Santos (1992) «o excesso mítico de interpretação» do fenómeno da identidade nacional seria um «mecanismo de compensação do défice de realidade», resultante justamente da distância que separa os produtores dessa interpretação de um efectivo contacto com a realidade social.

A inventariação dos caracteres específicos do povo português feita até meados deste século por essa elite cultural resultaria, portanto, de um processo ilusório. Nem o sebastianismo nem a saudade, postas em relevo por António Sardinha, nem o universalismo internacionalista, propalado por vários autores, nem o lirismo sonhador aliado ao fáustico germânico e ao fatalismo oriental, apontados por Jorge Dias, nem a plasticidade do homem português, intuída por Natália Correia, nem o culto do Espírito Santo, que fascinou António Quadros, nem a capacidade para criar uma «filosofia portuguesa», patrocinada por Sampaio Bruno, Álvaro Ribeiro e José Marinho, nem mesmo a «brandura dos costumes», feita lugar comum, se podem considerar como características mais do que imaginárias do povo português. As especulações deste género resultariam,

afinal, da ausência de uma tradição científica baseada num conhecimento suficiente das ciências sociais, que, como se sabe, só foram introduzidas na Universidade portuguesa depois de 1974, e que, antes disso, tinham sido asperamente combatidas pelos intelectuais do regime salazarista como formas encapotadas de marxismo. Digamos, de passagem, que as referidas interpretações não têm todas o mesmo grau de subjectividade ou de arbitrariedade. Seria preciso distinguir aquelas que partem da observação empírica de caracteres comportamentais que podem corresponder de facto a hábitos mentais, mas cujo grau de generalização é difícil medir, das que se baseiam em especulações de tipo idealista ou até de feição mística. As primeiras merecem, obviamente, maior atenção, mas a sua análise e juízo crítico competem a especialistas da área da sociologia social. Mais adiante tentarei aproximar-me desse terreno, evitando invadi-lo, a partir de algumas interrogações do ponto de vista do historiador. Antes disso invoquemos a opinião de outro sociólogo que se ocupou desta matéria. Trata-se de Manuel Villaverde Cabral (1992), que, excluindo também «qualquer noção forte do 'carácter nacional' português», apresentou uma série de indicadores demonstrativos de «que a maior parte das diferenças que separam [...] Portugal do resto da Europa [...] podem ser operatoriamente construídas como diferenças de grau - e não de natureza». Por isso, «o essencial das diferenças empiricamente observadas entre os valores, atitudes e comportamentos da população portuguesa e os do resto da população europeia pode e [...] deve ser explicado pela história nacional e o seu carácter contingente, e sobretudo pela configuração demográfica, social e económica do país». Por sua vez, Boaventura de Sousa Santos, classificando Portugal como um país «sérniperiférico», e a sua sociedade como de «desenvolvimento intermédio», atribui as diferenças de comportamento que se verificam entre nós à configuração específica que os diversos factores determinantes de tal posição tomam no caso português e à maneira como Portugal se insere no sistema mundial. Essa posição é determinada pelo lugar, ao mesmo tempo de ponte e de tampão, que Portugal ocupa, entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, prolongando, assim, a sua posição de dependência para com a Inglaterra, sendo simultaneamente detentor de um império colonial. É determinada também pela distância social entre os segmentos mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos e pelo baixo padrão de especialização da sua economia produtiva.

Estas características ramificam-se, por sua vez, por aspectos muito variados, como sejam, por exemplo, os termos de comportamento colectivo, o de uma sociedade em que «as normas de consumo são [...] mais avançadas que as normas de produção», sendo as primeiras pautadas pelos países desenvolvidos, e as segundas pelos países subdesenvolvidos. Ou ainda, o de um país em que as codificações, nomeadamente as

codificações jurídicas, são frequentemente bem mais progressivas do que as práticas sociais, que continuam retrógradas. E também um país em que a racionalidade das elites cultas convive com a persistência e até o fascínio largamente partilhado por processos não racionais, como se verifica « concretamente no caso da medicina convencional e das práticas naturistas ou paramédicas. Um país em que a inoperância do Estado como Estado-providência, apesar de uma frequente hipertrofia da regulação estatal, é compensada por aquilo a que o autor que vimos seguindo do chama a «sociedade-providência», isto é, uma sociedade que pratica espontaneamente a ajuda mútua, a troca recíproca de bens e serviços não contabilizados e que resolve muitas vezes sem o recurso aos tribunais os conflitos que nela surgem. Enfim, em continuidade com o fenómeno já apontado mais acima, e que explica o pessimismo generalizado dos intelectuais portugueses até uma época recente do mundo contemporâneo, Portugal é um país em que se verifica uma grande distância entre elites culturais e classes populares, e em que aquelas têm tendência para hipostasiar a realidade portuguesa, mas ao mesmo tempo para não serem capazes de analisar objectivamente a realidade social nem para desencadearem nenhum movimento social significativo. Se olharmos antes para o comportamento relacionado com as actividades produtivas, descobrimos, sempre segundo Sousa Santos, um país em que o operariado vive frequentemente em meio rural e subsiste graças a um trabalho pluriactivo. Passando aos aspectos políticos, encontramos um país em que o Estado desempenha um papel intenso de regulação social, mas em que existe também uma grande distância entre representantes e representados, o que provoca fenómenos de populismo e de clientelismo, e mesmo de privatização de algumas funções estatais. Ou ainda um Estado que tenta imitar os padrões de actuação dos Estados e das políticas mais desenvolvidos, o que se reflete numa legislação frequentemente muito progressista, sem que os agentes políticos interiorizem esses padrões nas orientações operacionais e na prática da acção política. Ora estes fenómenos não são subjectivos. Mesmo que a sua interpretação se considere discutível, podem ser verificados objectivamente, por meio de indicadores quantitativos, sobretudo quando se comparam os seus dados com a realidade dos países «centrais», por um lado, ou «periféricos», por outro. É preciso também observar que eles se traduzem por meio de comportamentos individuais do género dos que foram observados, por exemplo, por Jorge Dias, e que, antes dele, foram também apontados por muitos outros autores como típicos da maneira de ser dos portugueses, pelo menos desde o século XVI. A sua generalização, no entanto, torna-se extremamente discutível. Por outro lado, a sua formulação dificilmente se pode desprender de conotações emotivas. Enfim, ao pressupor-se que resultam da própria «natureza» dos portugueses e não de condições sociais transitórias,

levam a considerá-las como inalteráveis e sugere-se, até, que devem ser consideradas como «qualidades», mesmo quando implicam alguns defeitos. Pelo contrário, se os caracteres comportamentais se encaram como resultantes das condições sociais, terão de se tomar como susceptíveis de modificação. A sua alteração depende em grande parte do grau de desenvolvimento económico e social e não pode ser considerada como perda de identidade nacional. Este facto exclui o conceito de identidade nacional como um dado da «natureza» ou como um problema do âmbito do «ser», mas não necessariamente a sua permanência, ou pelo menos a sua durabilidade. Com efeito, é fundamentalmente um fenómeno da consciência colectiva, que se baseia, por um lado, numa percepção das diferenças comuns verificadas em relação à população de outros países, ao nível das estruturas sociais, das manifestações culturais (nomeadamente da língua, dos hábitos e dos valores) e, por outro lado, de uma certa percepção do passado comum. Dado que o fenómeno da identidade não pode deixar de se associar ao da busca de segurança, por meio da integração do indivíduo no grupo, e que o sentimento de pertença ao todo nacional se tornou nas sociedades modernas uma expressão fortemente interiorizada da consciência de grupo, pode-se prever que as suas características se alterem com a mudança das condições sociais, mas não é de esperar que desapareçam facilmente. Deixando para os sociólogos uma reflexão sobre as formas que poderá vir a ter no futuro o sentimento da identidade nacional portuguesa num mundo em mutação acelerada, resta-nos apenas sublinhar o facto de que a História constitui para a sociedade actual um dos fundamentos mais importantes da memória colectiva, e, por conseguinte, da consciência de identidade. Até a um passado mais ou menos recente, conforme o grau de instrução dos sujeitos em causa, a memória colectiva apoiava-se frequentemente em mitos, alguns deles criados justamente para servirem de suporte da crença na perpetuidade, ou mesmo na sacralidade da Pátria. Tal foi a crença no milagre de Ourique, surgida no fim do século XIV ou princípio do seguinte e cuidadosamente cultivado pelas elites nacionalistas até meados do século XIX, como vimos anteriormente. Daí a emotividade que rodeou a polémica em torno da sua historicidade, quando Herculano demonstrou a sua falta de base documental. No século XVI, porém, a gesta dos portugueses tornou-se epopeia, pela pena de Camões. O seu fundamento não era o mito, mas a História, tal como na sua época ela se entendia. A transposição da História para a epopeia deu-lhe, porém, a força do mito, não só para a gente pouco instruída, mas também para muitos dos autores mais cultos do século XIX, que continuaram a imaginar a gesta dos Descobrimentos a partir *d'Os Lusíadas*. A sobreposição da História e do mito agravou o sentimento da «decadência» nacional, mas o seu carácter heróico constituiu um forte apoio para fortalecer os sentimentos patrióticos, e consequentemente a consciência de

identidade nacional. Os rituais colectivos, sobretudo as comemorações de centenários como o de Camões, do Marquês de Pombal, da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, de Santo António, de Camilo Castelo Branco, da Fundação e da Restauração da Nacionalidade, contribuíram para generalizar a função social da memória colectiva, mesmo que o fundamento histórico das comemorações não fosse inteiramente objectivo, e que em várias delas a iniciativa pretendesse valorizar uma determinada corrente ideológica, e suscitasse, por isso mesmo, o alheamento ou a oposição dos sectores de opinião de sentido contrário. Foi preciso a democratização da sociedade portuguesa, e a perda das colónias, para que o passado deixasse de ser visto como um tempo glorioso ou como uma «idade de ouro». A História passou, então, a poder narrar um passado real, com ganhos e perdas, com avanços e recuos, fidelidades e traições, sucessos e insucessos, unanimidades e contradições; e apesar de tudo como um passado constitutivo da coesão nacional, pelo simples facto de ser um passado comum e de resultar de uma experiência vivida em conjunto ou tornada memória colectiva. É possível que as transformações a que aludimos tenham também alguma incidência sobre o próprio comportamento habitual dos portugueses. Vejamos, por último, esta questão apesar de tão duvidosa e de tão discutível. Reconhecemos, é claro, o teor habitualmente subjectivo dos critérios e o método impressionista das observações, sempre impossíveis de demonstrar, mas não podemos também deixar de registar a formação de uma espécie de consenso a respeito de alguns deles. Certas observações vêm já desde o século XVII, e tendem a repetir-se, formando aquilo a que se pode chamar o «perfil» do português. Uma das tentativas mais elaboradas de traçar este perfil deve-se a um antropólogo bastante conceituado, Jorge Dias, o que não basta, evidentemente, para lhe conferir a necessária autoridade, mas deveria constituir motivo para estudos mais atentos da parte da psicologia social.

Sem querer, como já disse, invadir tais terrenos, não deixarei, por isso, de apontar a permanência de estruturas de longa duração que parece poderem relacionar-se com determinadas tendências mentais aparentemente muito comuns, como sejam, para dar apenas dois exemplos, a saudade associada ao lirismo e a reduzida capacidade de planeamento aliada à tendência para a improvisação. Tentemos explorar essa relação, recordando, em todo o caso, com Boaventura de Sousa Santos, que não se trata aqui de caracteres intrínsecos ao «ser» português, mas de tendências correntes e que podem modificar-se se as condições estruturais de ordem económica e social se alterarem. Quanto à saudade-lirismo, não se poderá relacionar com o facto de tantos portugueses desde sempre terem de emigrar para sobreviver? Como se sabe, em virtude da pobreza do solo, da incapacidade técnica para o seu aproveitamento ou de um ordenamento

concentracionário dos recursos, muitos tiveram de abandonar a terra natal para procurar noutro lado a subsistência. Foi o que aconteceu com os excedentes populacionais de Entre-Douro-e-Minho que nos séculos XI e XII tiveram de procurar outras terras; no século XIV, quando as pestes e a desorganização social esvaziavam os campos e faziam os homens e mulheres errarem de um lado para outro; a partir do princípio do século XVI com o constante fluxo para a Índia e o resto do Oriente, depois para a África e o Brasil, mais recentemente para os Estados Unidos e o Canadá, nos anos 50 e 60 para a Europa Setentrional. As rupturas familiares e afectivas e os desenraizamentos trazidos pela emigração, tornaram-se assim demasiado recorrentes para deixarem de imprimir traços profundos na mentalidade de todos os que os viveram directa ou indirectamente. Quem lutava contra a penúria, a fome ou a exploração, tinha de colocar a esperança num além ou num amanhã situados num espaço ou num tempo imaginários. À memória mítica do paraíso terrestre, talvez recuperável numa outra vida, associava-se a esperança fundada no futuro ou no distante e sustentada pelas narrativas fabulosas de parentes, de vizinhos, de viajantes que descreviam, ao regressarem, a opulência fascinante das cidades do Sul, o exotismo das gentes na China, a abundância das especiarias indianas, a riqueza do ouro e dos diamantes no Brasil. Perante o convite que o próprio relato já de si constituía, impunha-se a necessidade de só poder aceitá-lo com o abandono de uma realidade miserável, é certo, mas concreta e segura. Daí a angústia de abraçar o nada ou de arriscar a morte. A necessidade de escolher: ficar ou partir. Para quem não queria arriscar, ir ficando, mas com a alma a sonhar evasões. Para quem partia, a saudade da terra e da família. Não há dúvida que esta experiência tão comum, renovada século após século, sublimada em narrativa, poesia, romance ou ensaio, se tornou fonte de inspiração corrente na literatura portuguesa. Verbalizada em contos, poemas, canções, símbolos ou explicações, foi devolvida aos protagonistas da experiência, fixou-se no retrato do português comum e reproduziu-se como tópico mental, i Resta saber se o fenómeno é, de facto, tão generalizado como parece. Para isso seria preciso averiguar, por exemplo, até que ponto se encontra, e de que maneira, na literatura popular. Uma averiguação desse género permitiria responder à questão de saber se se deve atribuir aos portugueses em geral ou apenas a uma minoria escolarizada, capaz de escrever e de exprimir sentimentos, e que por isso pode até dispor de algumas vantagens sobre os restantes, mas que hesita ainda mais do que eles em se arriscar a perder segurança e afecto. O segundo exemplo é o da alegada incapacidade de planeamento dos portugueses, aliada ao talento para a improvisação. Começemos por observar que se trata de um fenómeno normal numa sociedade semi periférica, para usar os critérios de Boaventura de Sousa Santos, e que possivelmente se dissiparia com a

generalização de um ensino racional, capaz de inculcar na generalidade da população o sentido do tempo, o sentido da definição das tarefas necessárias para alcançar um determinado objectivo, e sobretudo a preferência pelo valor da previsão mais do que da vivência do imediato ou até do inesperado. Mas a questão também pode ser interpretada a partir da verificação de estruturas históricas de longa duração. Refiro-me à acentuada concentração da maioria dos recursos e do poder nas mãos de uma minoria que gravita em torno do Estado, a que me referi ao examinar a configuração do poder político e a sua relação com as forças sociais. Como é evidente o passado português caracteriza-se por os poderes políticos, sociais e económicos terem sempre estado nas mãos de uma minoria social intimamente dependente do Estado e proporcionalmente mais reduzida do que na maioria dos países europeus. Mas se assim foi, não teria este conjunto de fenómenos provocado em muitos portugueses a persistente convicção da inutilidade das previsões, a impossibilidade de assumir responsabilidades sociais e a irremediável incapacidade de participar nas decisões? Se tudo era resolvido por uma pequena minoria que foi sempre aperfeiçoando a sua habilidade para garantir a perpetuação do poder, para quê o esforço, a poupança, a organização, o projecto, a associação, a luta? Se, além disso, o sucesso - não só económico e político, mas também cultural - estava praticamente garantido mas só para alguns, qualquer que fosse a sua competência, não seria mais rentável para os outros (para a maioria) exercitar os dotes da improvisação, a habilidade para viver o dia a dia, quando não o jeito para a pequena fraude, a economia paralela, a fuga aos impostos, a «cunha», o clientelismo? Ou mesmo, no melhor dos casos, descobrir o fascínio de viver intensamente dia a dia, momento a momento, aproveitando as coisas boas da existência, como o convívio e a afectividade, ou as mais emotivas, como a paixão, a intriga ou o jogo, com tudo o que ele tem de aleatório? Confirmar-se-ia assim uma das características mais típicas dos portugueses, uma daquelas, precisamente, que mais entusiasmou Agostinho da Silva. Mas será só deles? Não existe também noutras sociedades da Europa meridional, ou mesmo em todas aquelas que não alcançaram o «benefício» da civilização e não se renderam à racionalidade?

Bibliografia

CABRAL, Manuel Villaverde, «Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças», in *Análise Social*, 118-119 (1992), pp. 943-954. CATROGA, Fernando, «Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico»; «Positivistas e Republicanos»; «História e Ciências Sociais em Oliveira Martins», in *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 39-159. DAVEAU, Suzanne, *Portugal Geográfico*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1995.

GASPAR, Jorge, *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e Administração do Território, 1993.

GUICHARD, François, *Géographie du Portugal*, Paris, Masson, 1990.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, 2a. ed., Lisboa, Dom Quixote, 1982.

LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa, ou As Duas Raízes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

LÉONARD, Yves, *Lé Portugal. Vingt ans après la Révolution des oeillets*, Paris, La documentation française, 1994.

MATOSO, José, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1985; 5a. ed., 1995. MATOSO, José, S. Daveau e D. Belo, *Portugal. O sabor da terra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.

QUADROS, António, *Portugal: Razão e Mistério*, Lisboa, Ed. Guimarães, 1986.

RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, 1945; 6a. ed., Livraria Sá da Costa, 1991.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal*, 4 vols, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1987-1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa, «Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal», in Id., *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento, 1994, pp. 49-67.

SILVA, Agostinho da, *Considerações e outros textos*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1988.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, 10 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1933-1988.

Índice

Introdução

O processo de categorização da identidade nacional

Atribuição de significado

Atribuição de valor

A identidade geográfica

O factor político

Configuração do poder político e a sua relação e a sua relação com as forças sociais

Identidade sociológica

Bibliografia

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.

Se quiser outros títulos nos procure :

http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups.google.com/group/digitalsource>

